



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 45

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 1967

ATA DA 49ª SESSÃO, EM 27
DE ABRIL DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária,
da 6ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SRS.: NOGUEIRA DA GAMA E CATTETE PINHEIRO.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Oscar Passos
Cattete Pinheiro
Menezes Pimentel
José Ermírio
Leandro Maciel
Júlio Leite
José Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Raul Giuberti
Paulo Tórres
Aarão Steinbruch
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Ney Braga
Atílio Fontana
Guido Mondim
Abertura em 27 de abril de 1967 às 14:30 horas.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

RESPOSTA A PEDIDO DE INFORMAÇÕES

I — Do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral:

Aviso nº 47, de 14 do mês em curso — com referência ao Requerimento nº 106-67, do Sr. Senador Vasconcelos Tórres.

II — Do Ministro da Aeronáutica:

Aviso 001, de 26 do mês em curso — com referência ao Requerimento nº 114-67, do Sr. Senador Vasconcelos Tórres;

Aviso 002, de 26 do mês em curso — com referência ao Requerimento nº 62-67, do Sr. Senador Vasconcelos Tórres.

SENADO FEDERAL

RESOLUÇÃO QUE SE REPUBLICA POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 1967

Prorroga, por um ano, a licença concedida a Sebastião Ruy Rollo Maciel, Oficial-Legislativo, do Quadro da Secretaria do Senado Federal

Artigo único. É prorrogada, por mais 1 (um) ano, a partir de 9 de fevereiro do corrente ano, a licença concedida pela Resolução nº 1, de 1966, que pôs à disposição do Banco Nacional de Habitação, no Estado da Guanabara, nos termos dos arts. 92 e 369, da Resolução nº 6, de 1950, sem vencimentos, o Oficial-Legislativo, PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Sebastião Ruy Rollo Maciel.

Senado Federal, 8 de março de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

III — Do Ministro dos Transportes:

Aviso nº 77-GM, de 25 do mês em curso — com referência ao Requerimento nº 194-67, do Sr. Senador Vasconcelos Tórres;

Aviso nº 78-GM, de 25 do mês em curso — com referência ao Requerimento nº 195-67, do Sr. Senador Vasconcelos Tórres..

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

DIPLOMA

O Desembargador Hugo Auler, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, Estado do Acre e Territórios, no uso das atribuições de que trata o inciso IV do artigo 17 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 1, de 6 de setembro de 1960, confere o presente Diploma de Suplente de Senador Federal pelo Estado do Acre, ao candidato Clóvis de Azevedo Maia eleito por 9.632 (nove mil e seiscentos e trinta e dois) votos, sob a legenda do MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, no pleito de 15 de novembro de 1966, fazendo-o em cumprimento da decisão desta Corte de Justiça, proferida na sessão do dia 19 (dezenove) do mês corrente, conforme consta da Ata Geral através da qual foi proclamado Suplente do representante daquela Unidade da Federação no Senado Federal e determinada a respectiva diplomação, nos termos do inciso IV do artigo 197 e do parágrafo 1º do artigo 202 do Código Eleitoral.

Este diploma é expedido em obediência ao disposto no artigo 215 e parágrafo único da Lei nº 4.737 de 15

de julho de 1965, a fim de que o citado Suplente do Senador Federal possa gozar de todos os direitos e prerrogativas das Leis da República.

Brasília, DF., em 19 de dezembro de 1966. — Desembargador Hugo Auler, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal Estado do Acre e Territórios.

PARECERES

Parecer nº 252, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1967 (nº 4.081-A-67, na Casa de origem), que corrige desigualdade de situação entre servidores do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

Relator: Senador Carlos Lindenberg.

Por haver recebido emendas, em plenário e na Comissão de Projetos do Executivo, vem ao exame deste órgão técnico o projeto de lei da Câmara nº 30, de 1967, que corrige desigualdade de situação entre servidores do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

O projeto é originário do Poder Executivo e foi encaminhado à apreciação do Congresso Nacional, com a Mensagem nº 9, de 1967, acompanhada de exposição de motivos do Ministro de Estado da Fazenda.

É da citada exposição de motivos o seguinte trecho, que dá conta da tônica que informa a iniciativa do Poder Executivo:

“O Ministério da Fazenda, na Exposição de Motivos nº 489, de 21 de julho do corrente ano, submeteu à elevada apreciação de Vossa Excelên-

cia o anexo projeto de lei destinado a corrigir situação de flagrante injustiça que atingiu um pequeno contingente de servidores nativos cujos cargos, após a sua aposentadoria, foram reclassificados como Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro e do Imposto de Renda e como Fiel de Tesoureiro.

2. É que, feita a transformação mencionada, atendendo a imperativos de conveniência do serviço, não se cuidou, na oportunidade, dos servidores que, exercendo iguais atribuições durante longo período, já haviam sido aposentados ficando, em consequência, excluídos das séries de classes reconstituídas.

O regime da aposentadoria é regido pela legislação em vigor na data em que o funcionário passa à inatividade.

4. Dêse modo, à falta de previsão legal específica, a transformação operada deixou de atingir, precisamente, os servidores que, durante período mais dilatado, desempenharam as atribuições que justificaram a instituição dos cargos de agente fiscal do imposto aduaneiro e de renda e de fiéis de tesouro.

Recebendo pareceres favoráveis na Comissão de Projetos do Executivo, com emenda; e na de Finanças — foi a proposição remetida à decisão do plenário, tendo, ali recebido as emendas de nºs 2 e 14.

Cumprindo, portanto, a esta Comissão examinar os aspectos de juridicidade e constitucionalidade relativos à espécie, subordinada essa situação à disciplina fixada pelo Presidente da Casa, em resposta a questão de ordem, levantada pelo ilustre Senador Clodomir Millet, relativamente ao cumprimento do disposto no artigo 67, § 2º, da Constituição Federal.

O projeto, porque visa a corrigir desigualdade existente entre servidores do Ministério da Fazenda, impondo tratamento justo e uniforme para os mesmos, se harmoniza com o espírito da Constituição e das leis.

No que tange às emendas — salvo a de autoria da Comissão de Projetos do Executivo, que encerra providências formais ou de caráter meramente autorizativo — verifica-se a impossibilidade de seu acolhimento, em razão de conflito em que se encontram com a preceituação constitucional vigente ou com o sentido de juridicidade.

Senão vejamos:

EMENDA Nº 2

Est emenda eliminar o limite de 30 anos, estabelecido como exigência para o enquadramento na série de classes de Agente Fiscal do Imposto de Renda, Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro, e na de Fiel do Tesouro. Tal providência, como se vê, promo-

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASILIA

EMENDA Nº 3

Para aumento de despesa, pela inclusão de novos beneficiários no âmbito da garantia legal, os quais, por isso, terão os seus proventos revistos para ajustamento à situação prevista. Essa medida, como é fácil observar, chocar-se com a disposição do art. 60, parágrafo único, alínea "a", da Constituição Federal.

EMENDA Nº 3

Aumenta-se, também, com esta emenda, a faixa de beneficiários, porque, ao contrário do previsto no artigo 2º, item I, alínea "a" do projeto — que limita a abrangência da medida apenas aos aposentados antes da Lei nº 3.470 de 1958 — se ampliarão os efeitos da lei a todos os aposentados até a data de início da sua vigência. Haverá, portanto, com a ampliação dessa faixa, um aumento considerável de despesa. *Emenda inconstitucional, por força do art. 60, parágrafo único, alínea a, da Constituição Federal.*

EMENDA Nº 4

Esta emenda tem objetivo idêntico ao da de nº 3, já apreciada. Apenas, com a diferença de que a faixa a ser abrangida tem como referência a Lei nº 4.345, de 1964. — *Emenda inconstitucional, a vista do preceituado no art. 60, parágrafo único, alínea a, da Constituição Federal.*

EMENDA Nº 5

Pretende-se, com a emenda, incluir, nos proventos de aposentadoria de determinada categoria de servidores, vantagens outorgadas pelo art. 26 da Lei nº 4.863, de 1965. Ao contrário do que supõe o seu autor, a medida acarretará aumento de despesa, pois, exigirá a abertura de créditos para pagamento de diferenças que já não possuem fonte específica de receita para o seu atendimento. *Inconstitucional, por ferir a prescrição do artigo 60, parágrafo único, alínea a, da Constituição Federal.*

Emenda nº 6

Est emenda determina o enquadramento dos Fiscais Auxiliares de Impostos Internos na categoria de Agente Fiscal de Rendas Internas. Sem ingressar no mérito dessa transição, pode afirmar-se que a mesma produzirá aumento de despesa, uma vez que os níveis retributivos da classe de Fiscal Auxiliar terão de adaptar-se aos da categoria de Agente, os quais serão uniformes, segundo o prescrito no art. 1º, do projeto. *Emenda inconstitucional, por contrariar com o art. 60, parágrafo único, alínea a, da Constituição Federal.*

Emenda nº 7

A emenda trará imediato aumento de despesa, porque, de um modo geral, garante enquadramento em níveis mais elevado, de pessoal e a situação em posições mais baixas, segundo o esquema fixado pela Lei número 3.480, de 12 de julho de 1960. De outro lado, rebaixa categorias do grupo técnico — Científico — Estatísticos e Contadores — ao nível de classe auxiliar. Há, portanto, no caso, dupla inconstitucionalidade: a primeira, atingindo o preceituado no art. 60, parágrafo único, alínea "a"; e a segunda, vulnerando a garantia do artigo 150, § 3º, da Constituição Federal.

Emenda nº 8

Est emenda se aprovada, obrigará a revisão de grande número de aposentadorias, ocasionando sensível aumento de despesas, pela adição da parcela relativa à diferença de caixa nos respectivos proventos. Depois, do ponto de vista jurídico, nada reconhecendo a inclusão desse tipo de auxílio no cálculo do valor retributivo da aposentadoria. *Inconstitucional, por força do disposto no art. 60, parágrafo único, alínea a, da Constituição Federal.*

EMENDA Nº 9

Esta emenda, ao revigorar decreto e revogar preceito do mesmo, incorre em injuridicidade, porque não é possível admitir que uma lei edite decreto, que é instrumento próprio da órbita do poder regulamentar do Executivo. *Emenda injurídica.*

Emenda nº 10

A emenda pretende extinguir a Delegacia do Tesouro Nacional no exterior, passando os seus serviços à responsabilidade dos Consulados Gerais.

Trata-se, como se vê, de proposição que não se ajusta à sistemática do projeto, que, em nenhum momento, cogita de extinguir ou criar órgão na administração pública. A emenda é, pois, injurídica, porque, além do mais, se aprovada, ficaria como preceito perdido dentro de uma lei de fins absolutamente estranhos ao seu propósito.

Emenda nº 11

Emenda idêntica à de nº 7. *Inconstitucional — art. 60, parágrafo único, alínea a, da Constituição Federal.*

Emenda nº 12

A Emenda não apresentada redação adequada ao perfeito entendimento de seus fins. Em todo caso, pelo que está escrito, isto é: aplicação das percentagens aos vencimentos, teremos aumento de despesa. De outro lado, a ambiguidade da providências tornam-se perigosas e, portanto, desaconselháveis. — *Emenda injurídica.*

Emenda nº 13

A Emenda objetiva: 1º mudar a nomenclatura da classe de Fiel do Tesouro para a de "Agente Fiscal de arrecadação", e 2º — aplicar a essa classe, inclusive aos aposentados, o regime de remuneração — art. 120 da Lei nº 1.711, de 1952. Quanto ao 1º item, entendemos que a ocasião apropriada para tratar-se dessa providência não é a do presente projeto, que trata de coisas diferentes da pretendida na emenda. Quanto ao 2º item, parece-nos injurídica a medida, porquanto remuneração, segundo o entendimento estatutário, é retribuição para ao funcionário pelo efetivo exercício do cargo. Ora, o aposentado não está nem sequer no cargo, quanto mais no seu efetivo exercício. Assim, é injurídica a aplicação do art. 120 da Lei nº 1.711, de 1952, aos inativos, como manda a emenda. *Injurídica, portanto, a emenda.*

Emenda nº 14

Quer a emenda garantir a permanência, no Departamento de Rendas Internas e repartições subordinadas, dos que ali se vão como requisitados. A emenda, como se observa, não está tecnicamente redigida, pois confunde lotação, com inclusão nos quadros, mediante os processos normais de provimento. A providência de permanência reajustamento os níveis de pessoal requisitado, para ajustá-los ao processo de uniformidade determinado pelo art. 1º do projeto.

Além do mais, tal inclusão obrigará a criação de novos cargos, o que corresponde a aumento de despesa. *Inconstitucional, por ofender o art. 60, parágrafo único, alínea a, da Constituição Federal.*

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do projeto, com a emenda nº 1-CPE, e pela rejeição das emendas de nºs 2 a 14.

Sala das Comissões, 26 de abril de 1967 — Milton Campos, Presidente — Carlos Lindenberg, Relator — Petrólio Portela — Antônio Carlos, vencedor quanto à emenda nº CPP-1 — Antônio Balbino — Ruy Palmeira — Aloysio de Carvalho, vencedor, em parte, por entender também inconstitucional a emenda nº 1, pelas razões expostas na discussão.

Parecer nº 253, de 1967

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1967 (nº 4.081-A de 1967, na Casa de origem) que corrige desigualdade de situação entre servidores do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Relator: Senador José Ermírio.

Para que sejam apreciadas emendas de plenário, volta a este órgão técnico o projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1967, que corrige desigualdade de situação entre servidores do Ministério da Fazenda.

As emendas, de nºs 2 a 14, foram, em estudo efetuado pela Comissão de Constituição e Justiça, consideradas inconstitucionais e injurídicas.

Desta sorte, não cabe mais a esta Comissão examinar o mérito das mesmas, mas, tão somente, acompanhar o ponto de vista da douta Comissão de Justiça.

Opinamos, assim, pela rejeição das emendas de nºs 2 a 14.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 1967. — Carlos Lindenberg, Presidente. — José Ermírio, Relator — Petrólio Portela — Antônio Balbino — Paulo Tóres.

Parecer nº 254, de 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1967, (nº 4.081-A-67) — na Câmara, que corrige desigualdade de situação entre servidores do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

Relator: Senador Clodomir Mendes.

A vista das emendas, oferecidas pela Comissão de Projetos do Executivo, em Plenário, volta ao estudo deste órgão técnico o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1967, que corrige desigualdade de situação entre servidores do Ministério da Fazenda.

As emendas, de nº 2 a 14 de Plenário foram consideradas inconstitucionais e injurídicas pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

Assim considerada a preliminar arguida pela Comissão de Justiça não

cabe outra alternativa a este órgão técnico, senão opinar, também, pela rejeição das emendas de nº 2 a 14, e pela aprovação da de nº 1-CPE.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1967. — José Ermírio, Presidente eventual — Clodomir Mendes, Relator — Fernando Corrêa — José Leite — Júlio Leite — Pessoa de Queiroz — Leandro Maciel — Aurélio Vianna.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa há requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

Requerimento nº 309 de 1967

Senhor Presidente,

Conforme o Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência encaminhar ao Sr. Presidente da Cia. Vale do Rio Doce o seguinte pedido de informação:

Se existe um plano de desenvolvimento do Vale do Rio Doce independente da meta da Cia.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1967. — Senador Raul Giuberti.

Requerimento nº 310, de 1967

Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, o que se segue; referente à solicitação de informações.

Em virtude das inúmeras informações que temos recebido sobre as condições dos empréstimos feitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e para conhecimento do Senado, formulamos ao Poder Executivo as seguintes indagações:

1º) Quais os juros que estão sendo cobrados pelo B.N.D.E. sobre empréstimos feitos à indústria nacional?

2º) Quais os juros que estão sendo cobrados pelo B.N.D.E. sobre empréstimos feitos às empresas estrangeiras?

3º) Qual a correção monetária que está sendo exigida pelo Banco?

4º) Quais as comissões e condições exigidas pelo Banco, além dos juros cobrados?

5º) Exige o Banco participação nos lucros das empresas, proporcionalmente ao capital de empréstimo aplicado?

Justificação

Durante todo o transcurso do Governo anterior surgiram desconfortos das versões sobre o comportamento do B.N.D.E. no tocante às aplicações de sua carteira de empréstimo e financiamentos.

Afirmava-se, mesmo que, empresas estrangeiras conseguiram, ali, claro privilégio sobre os postulantes nacionais. Nunca demos asas às notícias de desvirtuamento das finalidades daquele importante estabelecimento financeiro, até porque sempre entendemos que as empresas estatais ou de capital misto devem merecer todo o prestígio da Nação.

Esse entendimento, porém, não tem extensão capaz de dispensar informações a respeito da política de aplicação financeira com vistas ao desenvolvimento, praticado pelo B.N.D.E. Daí o presente requerimento que objetiva esclarecer o Senado da República.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1967. — Senador José Ermírio de Moraes.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e, em seguida, serão despalados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama) — Vai ser lido Projeto de Resolução enviado à Mesa.

É lido o seguinte:

Projeto de Resolução Nº 42, de 1967

Acrescenta dispositivos ao Regimento Interno do Senado Federal.

Acrescente-se onde couber:

Art. — Fica estabelecido o critério de rodízio para a eleição dos membros da Mesa do Senado Federal.

Parágrafo único. A Mesa eleita somente poderá ser reconduzida uma única vez, não sendo permitida a reeleição, para período imediato, dos que já cumprirem tempo de mandato superior a dois anos.

Justificativa

O critério de rodízio é essencialmente democrático. A rotatividade constitucional regulada pelo mandato e tempo certo é adotada pelo Poder Executivo e pelo Poder Judiciário. Não pode, pois, o Poder Legislativo isolar-se, usando as prerrogativas providas da autonomia para frustrar o espírito renovador da Carta Magna. Cabe ao Senador, portanto, disciplinar a matéria no seu âmbito, corrigindo a hipoteca jurídica dissonante.

Sua das Sessões, em 27 de abril de 1967. — Senador José Ernirio de Moraes.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O projeto de resolução que acaba de ser lido vai publicação e ficará sobre a mesa durante três sessões seguidas para receber emendas.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Presidência deferiu hoje, os seguintes requerimentos de informações apresentados ontem: do Sr. Senador Raul Guberti, ao Sr. Ministro dos Transportes; do Sr. Senador José Ernirio, ao Sr. Ministro das Minas e Energia; e do Sr. Senador Paulo Torres, ao Sr. Ministro das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Acha-se presente o Sr. Clóvis de Azevedo Maia, suplente convocado para substituir o Sr. Senador Adalberto Sena, durante a licença concedida a este sobre representante do Estado do Acre.

Designo para constituir a Comissão que deverá introduzir S. Exa. em plenário, a fim de prestar o compromisso regimental na forma do disposto no art. 6º do Regimento Interno, os Senhores Senadores Atílio Fontana, Ney Braga e Aarão Steinbruch. — (Pausa).

Acompanhado da Comissão, tem ingresso no recinto, presta o compromisso regimental e toma assento na Bancada Sr. Clóvis de Azevedo Maia. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O primeiro orador inscrito na sessão de hoje é o nobre Senador Atílio Fontana, a quem dou a palavra.

O SR. ATÍLIO FONTANA:

Sr. Presidente, Senhores Senadores, desejamos, nesta oportunidade, discorrer sobre o magno problema da cafeicultura. No momento em que se inicia uma nova colheita, reunem-se, nesta data, em São Paulo, os cafeicultores, num Congresso nacional que conta com a presença do Presidente do Instituto Brasileiro do Café e onde serão apresentadas reivindicações, sugestões, a fim de que possa ser firmada uma política que proporcione condições favoráveis aos produtores de café como também contribua para desenvolver sua exportação, alcançan-

do o objetivo que todos desejamos, pois esse produto contribui com aproximadamente 50% para nossa balança comercial.

Nos últimos anos, o Governo traçou diretrizes, criticadas por alguns setores, como nós, entretanto, faziam as melhores referências à política adotada, muito embora não se tenha alcançado grande exportação. Mas a verdade é que a receita que o café deixou ao Brasil, em 1965 e 1966, foi das melhores de todos os tempos.

Verificamos, agora, que o Diretor da Comercialização do Instituto Brasileiro do Café, Coronel Walter Araújo, declarou à imprensa que o café contribuiu no último ano com cento e noventa milhões de dólares.

Realmente, é uma soma de fato elevada e há anos não era alcançado tamanho resultado.

Na ocasião em que visitava uma nova indústria de café solável, o Sr. Cel. Walter Araújo também fez referência ao desenvolvimento deste setor, que sem dúvida nenhuma encerra mais uma possibilidade de aproveitamento produto talvez não de primeira qualidade, para distribuição entre os nossos clientes, e até mesmo conquistando mercados não abrangidos pelo Convênio Internacional do Café.

O atual Presidente do Instituto Brasileiro do Café, Dr. Horácio Coimbra, é nosso conhecido de alguns anos a esta parte. Sabemos ser ele homem inteligente, dinâmico, dado ao trabalho, às atividades enfim, e também conhecedor do problema do café em nosso País, porque de família tradicional nesse setor.

O pai do atual Presidente do IBC já exerceu a presidência do Instituto Paulista do Café, há anos passados. Depois também foi diretor do Departamento Nacional do Café e, atualmente, ainda é cafeicultor no Estado de São Paulo.

De sorte que o Presidente do Instituto Brasileiro do Café, Dr. Horácio Coimbra, é homem que tem as credenciais e todas as qualidades para traçar uma boa política de café.

Sr. Presidente, tenho aqui, em mãos, o discurso que S. Sa. pronunciou no dia de sua posse naquele alto cargo. Vou ler para que fique constando dos anais do Senado, um período que sintetiza a política que deve ser mantida para podermos produzir cafés de qualidade, que possam concorrer não sendo a maior escala, mas o suficiente para manter o subsídio para conquistar mercados, primeiro e a posição que o Brasil tem no mercado internacional do café.

Dizia S. Sa.:

"Assumimos o Instituto Brasileiro do Café às vésperas do início de nova safra. Por isso queremos desde já assegurar aos lavradores que o Governo pretende premiar os esforços daqueles que dedicarem maior atenção ao preparo dos seus cafés desde o início da fase de colheita. E não se esquecerá de criar condições objetivas para que o maior número possível de lavradores tenha real interesse em realizar aqueles esforços e possa desenhá-los. Resumimos assim nosso pensamento: melhor preço para o melhor café que possa ser produzido".

Parece-me, Sr. Presidente, que não podia ser mais feliz o Presidente do Instituto Brasileiro do Café, quando delineou essas considerações.

Em abono da produção de cafés finos, ouvimos ainda ontem à noite, quando tivemos parte numa reunião a que esteve presente, como principal convidado o Professor Hermann o ponto de vista desse Hermann Görgem, o ponto de vista desse

ilustre economista, Presidente da Câmara Teuto-Brasileira de Bonn.

Por ocasião de uma interpelação que lhe foi feita, ele respondeu dizendo que o povo alemão não se acostuma a tomar café de qualidade inferior; que o café importado da África, que é um tipo inferior ao nosso, muito embora de preço muito mais baixo, não satisfaz ao paladar dos alemães. Por esta razão a importação de café naquele país, é da ordem de 15 a 18% apenas do seu consumo. A Alemanha tem comprado café do Brasil e se as vezes restringe as importações é porque os importadores alemães não receberam café, segundo entendiam ter adquirido, de qualidade superior. Dê-se modo a compra em maior escala na América Central e na Colômbia.

Verifica-se, portanto, Sr. Presidente, que o grande problema da nossa exportação do café é produzirmos qualidade, e não tanto quantidade. Não apenas no setor do café, mas em todas as fases da industrialização e da atividade agropecuária depende-se da qualidade do produto. O consumidor, em geral, tende, cada dia, a exigir melhor produto. Assim é o Governo precisa cuidar do problema da qualidade.

O Sr. Presidente Marechal Artur da Costa e Silva, declarou há pouco, em Londrina, em palavras claras, ser preciso produzir melhor qualidade e diversificar a produção nas regiões outrora exclusivamente dedicadas ao café.

O Sr. Diretor de Comercialização do café, do Instituto Brasileiro do Café, declarou, também que 50% do nosso estoque de café estão depositados em armazéns alugados, o que implica, para o IBC, em despesa mensal na ordem de um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros.

Verifica-se, portanto, que produzir grande quantidade de café não é o caminho acertado, porque, sempre que tivermos grande estoque da rubiaca, a repercussão no mercado internacional será negativa. Melhor seria menor estoque porém de produto de melhor qualidade.

Tendo em vista os excelentes em grande escala, torna-se imperativo a colocação da mercadoria.

Andou muito acertadamente o Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café quando baixou as duas Resoluções de nºs 405 e 406, a primeira suprimindo a garantia de preço para aqueles importadores de café brasileiro que exigiam, após efetuada a compra do produto e o mesmo ter sido embarcado, a estabilidade de preço garantida pelo Instituto. Entretanto, caso essa estabilidade não fosse mantida, o Instituto teria que indenizar, segundo entendemos, os compradores. Tal exigência, repito, foi revogada pela Resolução nº 405. Pela Resolução nº 406, o Instituto Brasileiro do Café permite, agora, a exportação de café tipos 7 e 8, bebida Rio, antes proibido.

Parece um paradoxo: quando precisamos produzir cafés finos, partitemos a exportação de cafés de tipos baixos. Mas, a verdade é que esses cafés já existem e, assim, poderemos competir com o produto africano.

Julgamos esplêndida a orientação governamental de permitir a exportação desses cafés, naturalmente ao preço do mercado internacional.

Assim sendo, congratulamo-nos com o Sr. Presidente da República, o Sr. Ministro da Indústria e do Comércio e o Presidente do Instituto Brasileiro do Café.

O Sr. Ney Braga — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATÍLIO FONTANA — Com todo o prazer.

O Sr. Ney Braga — Com referência à Resolução nº 405, pedimos permissão para discordar da ideia que

V. Exa. sustenta. Acreditamos que com a segurança de preço para aquele café, cuja entrega poderá ser feita algum tempo depois, quando o comprador, no exterior, fechar o contrato, seguro, pois, de que o café do mercado não vá, afinal, influir na sua compra, ele, com melhores condições para comprar o café do Brasil, o preferirá. Firmado o contrato por determinado preço, se houver alta, a diferença será assegurada pelo Instituto Brasileiro do Café. O homem do interior teria já o seu preço pago, enquanto que o Instituto teria o Fundo de Defesa do Café, a quantidade necessária a assegurar, assegurar, assim, a estabilidade do mercado exterior. Acredito que, desse modo, na hora de comprar, o comprador estrangeiro, numa opção entre 3 ou 4 países ofertantes, adquirirá o produto daquele que lhe der o melhor preço estável. Creio que, quanto a este aspecto, o Instituto Brasileiro do Café precisaria examinar, com muita profundidade, o problema. No outro, o da exportação de tipos piores, creio que ele agiu acertadamente. Nos tempos, no meu colega, em cada câmara uma sentença, em questão de café. Cada qual pensa a seu modo. Mas devemos insistir, nesta Casa, — visto que a Constituição nos oferece condições para tanto na criação de uma Comissão que estude, em definitivo, problema tão grave para a vida nacional. Estamos há dez anos, na vida pública e já vimos dez esquemas de comercialização diferentes, dez esquemas de política cafeeira. Há três a anos a África não exportava uma saca, talvez. Hoje, compete conosco, com o café "robusta", e queríamos, com os tipos 7 ou 8, com ela competir no mercado estadunidense ou no mercado europeu.

O Legislativo não acompanhou a modificação da política do café. No entanto, deveria fazê-lo, inclusive agora que a Junta Administrativa do IBC passou de órgão deliberativo a simples órgão consultivo. Creio que é preciso constituirmos não só uma Comissão desta Casa, mas também na outra Casa do Congresso Nacional, a fim de que estudemos o problema do café e fixemos diretrizes definitivas para a sua comercialização estável. Não acreditamos na elasticidade do mercado do café e sim em que o café solável poderá conquistar o mercado socialista. Mas, para tanto é imprescindível política firme nas suas linhas mestras, assentada em bases legais. Por isso mesmo, já tenho um requerimento pronto em que proponho à Casa a constituição de uma Comissão que, estudando profundamente o problema, determine ao Instituto Brasileiro do Café diretriz definitiva para a sua política. Não se pode entender que, na hora em que o Presidente do IBC é mudado, mude também a sua política. Lá fora todos estão observando o fato e, talvez, tenha ele profunda repercussão na Bolsa de Nova Iorque, mercado altamente sensível, que não pode estar sujeito a essas diversas variações. Entendemos, ainda, que a política do Governo passado foi errada. Realmente, definiu a posição do Brasil no Exterior. Entretanto, na hora da fixação dos preços internos, a lavoura do café foi desestimulada e não se pode tentar diversificá-la pelo desestímulo geral. Terias formidáveis de grande produtividade estão sendo utilizadas para pastagem e se não atentarmos bem para a diversificação de preço do café, como não acreditávamos no fadado que a África poderia concorrer conosco e hoje está concorrendo, no futuro iremos inclusive ter dificuldades na própria obtenção de café para nossa produção. O problema é de tal gravidade que devemos, nesta Casa, estudá-lo na sua extensão total e deixar de entregar a um grupo só a definição

de uma política tão importante para a vida nacional. Era o que desejava dizer a V. Exa.

O SR. ATTILIO FONTANA — Muito grato pelo aparte, nobre Senador Ney Braga. Sabemos que V. Exa. conhece o problema, pois governou este Estado onde reside a maior lavoura de café do País. De sorte que as palavras de V. Exa. devem ser acatadas e estudadas pois são baseadas na própria experiência.

Com referência à garantia de preços pelo comprador de café brasileiro, como V. Exa. disse há pouco, para cada cabeça uma sentença. Realmente, pensamos de mansinho um pouco diferente, porque também por experiência sempre que se vende um produto sujeito a variação de preços há sempre desvantagem para o vendedor porque o comprador está jogando com a segurança de um preço que já lhe foi fixado e, portanto, ele é daqueles que procurarão até mesmo influir para uma oscilação favorável à sua transação.

Em regra geral, pela experiência que temos, o que nos parece melhor seria mantermos depósitos de café disponível nos principais portos marítimos dos Países consumidores, ou que pela sua posição geográfica tenham facilidade de suprir outros Países vizinhos, como no caso, Trieste, no Mar Adriático, que pode suprir os Países dos Balcãs e outros vizinhos.

Hamburgo, é outro porto importante ...

O Sr. Ney Braga — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATTILIO FONTANA — Com satisfação.

O Sr. Ney Braga — Nobre Senador Attilio Fontana, quero afirmar que acredito no atual Presidente do IBC, que conhece o problema do café, viveu o problema e por certo irá resolvê-lo da melhor forma possível. Essa segurança de preço do café lá fora nos deu condições melhores de exportação no passado. Com a nova orientação que o IBC possa tomar o que posso afirmar — e é a voz de quem sofreu, durante cinco anos, no Estado produtor do café, a política do confisco cambial — é que o homem que produz o café precisa ter melhor preço. Atualmente, está totalmente desestimulado e este é grande equívoco daqueles que não conhecem a produção cafeeira. Tem, hoje, o cafeeiro as mesmas condições sociais de há quarenta anos? Não, o cafeeiro hoje — em particular no meu Estado — é homem que tem pequena propriedade de área relativamente pequena, planta pés de café e é pequena. É pequeno proprietário e não produz somente café. Produz também, intercaladamente, arroz e milho. De modo que quando o preço do café baixa, — e ainda não temos uma política boa de preços mínimos — vamos fazer com que esse preço se reflita na incapacidade de o produtor de café cultivar também o milho, o arroz, e outros produtos. Assim, pensamos que, no momento, o fundamental, para o cafeeiro, é a fixação de preço justo, porque sentimos que o Fundo de Defesa do Café deu à Nação que não os devolveu à zona do café mais de NCr\$ 7.000.000,00 de saldo no ano passado, e ainda acresce que o Estado produtor não vê incidir sobre o consumo e, agora, o ICM, a que legalmente, ou pelo menos moralmente, fisco a parcela do vendas e Consiglieria, lê direito. Entregamos uma saca a NCr\$ 30,00, por exemplo, e lá fora é vendida a cento e tantos cruzeiros novos. O Estado só tem seu imposto arrecadado sobre NCr\$ 30,00. Além de perder no aspecto do confisco, perde o Estado seu imposto também. Precisamos resolver agora os dois pontos: o preço e

a incidência do Imposto de Circulação de Mercadorias sobre o preço total do café entregue no exterior, e não, simplesmente ao IBC. Confiamos no Presidente do IBC, como no Governo da República. Por isso estamos na expectativa de solução. Ninguém advoga, nesta Casa, para o café, preço que vá ocasionar inflação, ou obrigar o Governo a emitir para comprar café. O que se pede ao Governo é preço razoável, sem onerar demais a Nação, mas também sem sacrificar a sacrificada classe dos cafeeiros.

OSR. ATTILIO FONTANA — mas um depoimento valioso do nobre colega Senador Ney Braga, representante do Estado do Paraná, nessas rápidas considerações sobre um problema tão importante como o do café.

A verdade nobre Senador que todos nós, homens ligados aos problemas econômicos do País, temos o máximo interesse de que a política dos cafeeiros seja bem conduzida, bem acertada porque ele representa a grande estímulo a nossa economia.

V. Exa. disse muito bem que deve ser cuidado e amparado o nosso cafeeiro, principalmente aqueles modestos cafeeiros que no Estado do Paraná, que V. Exa. tão dignamente representa nesta Casa, são a grande maioria dos produtores de café onde se colhem realmente os melhores cafés. Temos observado que, em regra geral, o pequeno produtor, o pequeno produtor colhe o produto com seus próprios familiares, a exemplo de muitos países como a Colômbia e outros. O café é colhido pelos familiares dos proprietários de pequenas áreas de terra.

E' o que nós desejamos que o cafeeiro seja tratado condignamente, que seja remunerado convenientemente. Mas devemos também lembrar nobre Senadores, e V. Exa. ainda há, o problema, de que o Café deve pouco focalizar, ainda que rapidamente tratado convenientemente com relação a preço, etc. Mas precisamos ter o cuidado de que outros setores da produção também recebam uma remuneração equivalente, porque, do contrário, estaremos novamente estimulando uma corrida para as regiões cafeeiras e com isso aumentamos os nossos excedentes, o que, naturalmente, prejudica o mercado internacional e prejudica também o nosso mercado interno. Cai porque quando falamos em preço de café, somos a favor de um preço justo para nossos cafeeiros, mas também façamos sentir ao Governo, ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio e ao Sr. Ministro da Agricultura, e até mesmo ao próprio órgão do Banco Central, que traga a política econômica, precisa ter como objetivo dar um bom preço para o café e também para os produtos agropecuários.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATTILIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. José Ermírio — O café no Brasil representa, na mesma proporção, o que o algodão representa nos Estados Unidos. No entanto, quando se exporta uma saca de café paga-se mais de 50% do valor da venda, os americanos, para exportar um fardo de algodão, recebem oito centavos por libra de prêmio. Veja V. Exa. as dificuldades que encontra o cafeeiro brasileiro. O milho não paga nada para a sua exportação; não tem nenhum ônus. É preciso rever com muito cuidado a política cafeeira. Realmente, ninguém quer dar o que se pede para uma produção excessiva de café. É justamente essa produção que paga um imposto exagerado. Esta é a situação real da lavoura cafeeira do país. É preciso estudar

rem-se soluções adequadas para evitar esse ônus, que só prejudica o Brasil, de vez que o café representa mais de 50% das nossas divisas.

O Sr. Ney Braga — Permite o nobre um aparte?

O SR. ATTILIO FONTANA — Com muita honra.

O Sr. Ney Braga — Ouço sempre os discursos de V. Exa. e os do Senador que há pouco o apartou e vejo que são bem fundamentados. Desejaria saber de V. Exa. que é um homem capaz, qual a finalidade, qual o objetivo que o seu discurso vai alcançar. Sabemos que poucos irão lê-lo. Será que todos irão seguir essas ensinamentos? Será que o tempo que V. Exa. dedicou a esse discurso será ganho pela nação? Será que o tempo que V. Exa. dedicou colhendo dados, alcançará a finalidade que queremos alcançar? Por isso creio que o papel nosso, como é o de tantos Senadores de outros países, não é só aquele de se discursar, mas também, pela Comissão Constituída, orientar e estimular a ação dos órgãos que, na administração do executivo, são responsáveis por vários setores. Por isso, verificamos que a tradição das comissões do Senado deve ser romida. Não podemos imaginar que não se tenha aqui uma comissão do café, que estude, fiscalize, oriente e conjugadamente com os homens do Executivo, ajude a resolver problema tão crucial e importante para a vida nacional. Acabei de assinar uma proposição do nobre Senador José Ermírio ampliando um pouco a ação da Comissão de Agricultura, uma proposição da mais alta significação. Empréstando meu humilde apoio, quero trazer também os cumprimentos pela ideia que teve o Senador, para que possamos, junto aos órgãos do Executivo, tirar algum proveito da experiência que tantos parlamentares têm e que, muitas vezes, não é aproveitada porque não pode ser canalizada para os órgãos que têm a missão de executar a política econômica ou mesmo a política social neste País.

O SR. ATTILIO FONTANA — Senhor Presidente, Senhores Senadores, era de imaginar que o discurso de um representante de Estado não propriamente cafeeiro, abordando problema do café, fosse interpretado como um discurso que não parece oportuno ou de quem não conhece bem o problema. Mas a verdade é que, sendo o café um produto que rende, aproximadamente, 50% das divisas que conquistamos na exportação, todos nós devemos pensar seriamente sobre um produto tão precioso. Então acompanhamos o problema do café ainda antes de 1930, acompanhamos aquela fase triste que o País atravessou quando foram incinerados oitenta milhões de sacas de café.

Oitenta milhões de sacas de café, nobres Senadores, representam a depredação de um patrimônio nacional que foi inutilmente esgotado, que foi inutilmente depredado, e é nossa preocupação que o Governo consiga dar uma boa orientação ao problema do café.

Acompanhamos, recentemente, o Governo a que V. Exa. muito honrada e eficientemente pertenceu. Várias vezes, desta tribuna, fizemos as melhores referências à política do governo do eminente Marechal Castello Branco. No início do nosso discurso de hoje dissemos que, no ano anterior, 720 aproximadamente. Todos devemos, então, interessar-nos por isso; todos devemos pensar que é preciso, realmente, uma boa política, uma política para produzir café fino, de uma lavoura tecnicamente orientada e não de uma lavoura predatória, que vá terminando com as nossas reservas de terras virgens, de terras férteis. É por esta razão que desejamos sejam aparados os cafeeiros

mas não abandonados aqueles outros lavradores que produzem gêneros alimentícios muitas vezes necessários à alimentação dos próprios cafeeiros.

De há muito, existem cafeeiros que moram nos grandes centros urbanos, quando sabemos que, em todas as partes do mundo, a lavoura, para dar resultado, necessita de seu proprietário à frente. Conhecemos, por exemplo, a situação da lavoura norte-americana: sabemos que as próprias senhoras dos fazendeiros sobem num trator e amam a terra, auxiliando assim grandemente o marido e os filhos na lavoura. No Brasil pretendemos, muitas vezes, soluções diferentes.

São essas observações, Senhor Presidente, que nos trazem à tribuna, apelando às autoridades a fim de que acertem a política do café no sentido de termos uma produção suficiente que atenda à demanda internacional e, ao mesmo tempo, forme reserva para os momentos imprevistos, pois como V. Exa. nobre Senador Ney Braga, conhece muito bem, o Paraná tem sofrido muito com as geadas em épocas imprevistas.

O Sr. José Ermírio — V. Exa. permite um outro aparte, nobre Senador Attilio Fontana?

O SR. ATTILIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. José Ermírio — Estou ouvindo atentamente o discurso de V. Exa. Pergunto: qual será a solução para o financiamento exagerado que firmas estrangeiras, principalmente americanas, fizeram na África, no valor de mais de US\$ 600.000.000 para o plantio de café? É necessário que o Brasil fique atento à produção africana, que se está transformando, ou melhor, que já é um temível concorrente com o seu café "robusta" que, aliás, é um dos piores que se produzem. No entanto, vendem toda a produção. O que se deve fazer ante tal situação? Esse é um problema que deve ser estudado com muito critério. Também, como vemos, não adianta produzir cafés finos, ou bons, porque a Colômbia produz café de muito boa qualidade e, no entanto, vendeu muito menos do que o previsto, fato esse que ocorreu com o Brasil também. O que está havendo é que temos um forte concorrente que, no próximo ano, possuirá mais dois pés de café para cada um que está produzindo. Ante tal situação como ficaremos?

O SR. ATTILIO FONTANA — Exatamente essa Resolução nº 406, que permite a exportação dos nossos cafés de qualidade inferior — tipos 7 e 8 — será a forma de combater a concorrência dos cafés africanos. Estive nos Estados Unidos, onde visitei grandes centros industriais de café, tendo mesmo participado de uma reunião em que apenas se discutiu problema cafeeiro. Pode observar que aqueles cafés importam considerável quantidade do produto africano, devido ao seu preço que é mais barato do que o nosso para preparo do café solúvel.

Se possuímos grandes estoques de cafés de tipo inferior e o Governo permitir, de acordo com a Resolução nº 406, a sua exportação, estaremos aumentando a nossa receita cambial, concorrendo com os cafés africanos, além de continuarmos com a exportação dos cafés finos.

O Sr. Cattete Pinheiro — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATTILIO FONTANA — Com grande prazer.

O Sr. Cattete Pinheiro — Nobre Senador, se temos grandes estoques de café, porque se impõem restrições ao consumo interno, se não oficialmente, pelo menos na prática? Posso formular e afirmar que no interior da região amazônica, a população continua não recebendo café na quantidade necessária ao seu consumo e,

ainda mais, as normas adotadas pelo I.B.C. estimulam o contrabando. O café que não é distribuído normalmente às populações interiores, é entregue, na Capital, a verdadeiros açambarcadores, alguns dos quais possuidores das chamadas "torrefações", que o desviam para o interior, a fim de obter preços mais altos do que os oficiais.

O SR. ATILIO FONTANA — Não sei eu o mais indicado para dar este esclarecimento. Parece-me que o Instituto Brasileiro do Café procura suprir todas as regiões do Brasil com o café destinado ao consumo interno. Esta quantidade de café destinada ao consumo doméstico, seria suficiente. Infelizmente, sabemos que, em todas as partes, quando há uma brecha para o contrabando, o café desaparece. É o grande mal. Cabe ao Instituto e ao Governo brasileiro tomarem medidas acauteladoras para manter esse suprimento. Tenho acompanhado, nobre Senador Cateete Pinheiro, este problema e observado que, de vez em quando, são apreendidas partidas de café desviadas do consumo doméstico para exportação. É, sem dúvida, imprescindível uma fiscalização mais rigorosa. Esperamos que, com a nova legislação, possamos melhor cuidar dessa situação, para evitar o contrabando de café. Para isto foi criada a Justiça Federal com possibilidades de intervir diretamente. Havia uma certa confusão. O nobre Senador Ney Braga conhece muito bem a questão. Uns diziam que a fiscalização cabia a Alfândega, outros ao Instituto Brasileiro do Café. Quando era apreendida uma partida de café, não se sabia a quem cabia a solução. Acreditado que essa dificuldade ainda não tenha sido removida. Uma vez solucionada a questão, poderemos contar com suprimento abundante de café. Nós brasileiros, devemos consumir café que, em nosso País, tem preço acessível a todas as bolsos, preço barato em relação ao preço do café para a exportação.

O Sr. Cateete Pinheiro — Permite-me V. Exa. apenas uma ponderação com relação ao desvio do café. Há cerca de dois anos, apresentamos projeto, com a finalidade de se estabelecer uma legislação mais adequada ao assunto. Os subsídios foram providos pelo IBC. O lamentável é que esse projeto está, há mais de um ano, na Câmara dos Deputados sem o seu encaminhamento final.

O SR. ATILIO FONTANA — Recordo-me que o projeto de V. Exa. foi aprovado nesta Casa, mas não teve o mesmo tratamento na outra Casa do Congresso Nacional.

Mas esperamos que o Governo tenha tomado providências e que essa situação não perdure.

O Sr. Presidente, para concluir devo dizer que confiamos na orientação que o Instituto Brasileiro do Café vai traçar para a próxima safra, no sentido de amparo ao cafeicultor e, principalmente, para os que produzem cafés finos, cafés de alta qualidade, a fim de ensinar-mos conquista de mercados e ainda que um tratamento semelhante seja dispensado aos nossos patricios que cultivam a terra e produzem outros gêneros alimentícios.

Do contrário provocaremos novamente aquela situação de corrida para a produção, em maior escala, de café que não interessa à economia nacional e consequentemente nem mesmo ao regime democrático que desejamos preservar.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE:

(Cateete Pinheiro) — Tem a palavra o Sr. Senador Aarão Steinbruch.

O SR. AARAO STEINBRUCH:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, designado pela Mesa desta Casa, juntamente com ilustres Senadores Fernando Corrêa, Arthur Virgílio e Bezerra Neto, para uma visita a Mato Grosso, precisamente Campo Grande, onde se realizaria a XXIX Exposição Agropecuária, lá estivemos e voltamos agradavelmente surpreendidos com o que nos foi dado presenciar.

Podemos afirmar, Sr. Presidente, que o otimismo por um Brasil forte, poderoso, do futuro, renasceu em nós, em razão de conhecermos aquela florescente cidade do interior brasileiro.

Realmente, vendo a civilização como chegou, em Campo Grande, a dois mil quilômetros da costa, ali erigindo uma cidade de dimensões extraordinárias, de linhas modernas, bastando dizer que a Prefeitura daquela cidade recebeu, nesses últimos meses, mais de trinta — se não me falha a memória — pedidos de edificações de prédios com mais de quinze andares, ficamos na verdadeiramente orgulhosos.

Em contacto, Sr. Presidente, na Exposição Agropecuária, com pecuaristas da zona, ouvimos deles queixas amargas sobre a aflitiva situação que atravessam, em razão da falta de venda do gado e, também, da brusca baixa do seu preço.

Tomamos conhecimento — independente da situação da pecuária, que certamente será debatida mais tarde por representantes de Mato Grosso nesta Casa — de fato realmente doloroso, para o qual chamo a atenção do Senado. Dezesete mil famílias, distribuídas em 2.300 propriedades que exploram a erva-mate, estão praticamente no maior abandono. A produção em Mato Grosso — de Ponta Porã a Amambai — da ordem de 3 mil toneladas, era quase toda — digamos 95% — absorvida pelo consumidor argentino. A Argentina nos compra 95% de nossa produção. Mas o governo argentino incrementou a produção de erva-mate, principalmente no Território de Misiones. Com isso, deixou de importar erva-mate, lançando ao desamparo, por consequência, as 17 mil famílias.

O Paraguai, por sua vez, deixou de exportar erva-mate, em razão de a Argentina não importar. Mas o governo daquele país pressionou o argentino, e conseguiu exportar, nesse período, quatro mil toneladas, dando assim vazão à sua produção. O mesmo não ocorreu com o Brasil que tem estocadas em Ponta Porã e Amambai essas toneladas e as famílias que dependem desse produto estão vivendo da caridade pública.

Já o Ministro argentino da Indústria e Comércio anterior — segundo estou informado, por declarações que me foram prestadas pelo Sr. Agripino Bonilha, Secretário da Agricultura — havia elaborado decreto para que aquele país voltasse a importar a erva-mate de Mato Grosso, porque os próprios ervateiros de Misiones não estão contentes com essa situação, pois a erva-mate brasileira, exportada para a Argentina, era misturada à de Misiones, dando um sabor diferente, com o qual estava acostumado o povo portenho.

O Sr. José Ermírio — Permite Vossa Excelência um aparte? (Assentimento do orador) — Mesmo assim a erva-mate de Mato Grosso é muito mais forte que a da Argentina ou Paraguai. Além disso, V. Exa. tem toda razão: não produzimos trigo no país para importar o da Argentina. São dois pesos e duas medidas e com isso não podemos concordar.

O SR. AARAO STEINBRUCH — Informa o Governo brasileiro, através do Itamarati, que a balança é favorável ao Brasil, no comércio com a

Argentina, daí não poder pressionar o Governo argentino no sentido de que este importe erva-mate. Mas com o Paraguai ocorreu o mesmo e esse país conseguiu que o Governo argentino importasse. Por outro lado, já existia um projeto de decreto, elaborado pelo Governo argentino anterior, permitindo a exportação porque os próprios moageiros argentinos estão pressionando o seu governo, pois, como muito bem acentuou o Senador José Ermírio, a erva-mate de Mato Grosso é forte e se destina a fazer mistura na base de 20% com a erva-mate argentina.

Mas porque razão — esta a grande indagação — não se consome mate no Brasil, em vez, por exemplo, desta coca-cola, que já sofreu inclusive o crivo do Laboratório Bromatológico de São Paulo? No Governo do Senhor Jânio Quadros, se não me falha a memória, foi proibido o uso dessa bebida no território paulista, em razão do resultado do exame desse laboratório, que informava ser ela prejudicial à saúde. Não vamos agora proibir que se tome coca-cola. O que é preciso é disseminar o uso do mate no Brasil. Por que não se emprega esse estoque que existe em Mato Grosso para a merenda escolar ou para uso nas Forças Armadas? Por que razão o Instituto Nacional do Mate, que adquiriu um acervo de 6 bilhões de cruzeiros, não faz essa compra e inclusive passe a fornecer o mate gratuitamente, para que o povo brasileiro se acostume a bebê-lo?

O Sr. Fernando Corrêa — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. AARAO STEINBRUCH — Com prazer.

O Sr. Fernando Corrêa — O problema do mate no nosso Mato Grosso é um assunto que deveria merecer atenção do Governo de há muitos anos. Estamos agora chorando e lamentando uma situação que devia ser estudada pelo Governo desde que os argentinos começaram a plantar a erva em Misiones. É como tudo que acontece neste país: só botamos tranca na porta quando já roubados. É o que está-se passando com o mate. Ouvimos referências a outros produtos também no discurso do Senador Atílio Fontana, com apertes judiciosos do Senador Ney Braga. A Argentina, quando importava do Brasil uma quantidade razoável de mate para consumo de seus fazendeiros dos pampas, começou a plantar a erva em Misiones. E foi aos poucos. Primeiro, 10% da erva argentina era misturada com a brasileira. Depois misturou 20, 30, 40 50 e hoje está 80 e 90%. Esta é a situação.

O Instituto Nacional do Mate não tomou nenhuma providência no sentido de incrementar a exportação para outros países como, por exemplo, a Rússia que está interessada em importar esse produto. Há interesse também na Europa e na própria América do Sul. Hoje estamos aqui lamentando essa situação verdadeiramente deplorável do mate, que Vossa Excelência, com sua inteligência, tão brilhantemente está expondo ao Senado da República.

O SR. AARAO STEINBRUCH — Muito obrigado a V. Exa.

V. Exa., que é filho daquela zona e que honra o seu Estado, representando-o nesta Casa, traz um elemento novo ao debate: é que outros mercados existem que querem absorver, ou melhor, que querem comprar o mate. Mas nós ainda continuamos a segurar, neste particular, a orientação do governo anterior, que não quis abrir mercados porque supomos que se negociarmos com outras repúblicas, inclusive do leste, poderíamos introduzir pontas de lança extremistas neste País, quando o normal, o certo e o lógico é o comércio com todos os países do mundo. A Inglaterra comercia

com a China Comunista. Os Estados Unidos, com a União Soviética amplamente. Também nós fazemos, mas com aquelas restrições muito bem salientadas pelo Senador por Mato Grosso.

Essas dezessete mil famílias não têm outro meio de vida. Lá há um só produto para o trabalho — a erva-mate. Não há diversificação de produtos. Por isso sempre é perigoso que um país viva só de um produto. É preciso haver diversificação de produtos para não acontecer o que ocorre em Mato Grosso, onde essas famílias só estavam acostumadas a cultivar a erva-mate. Porque a Argentina, única compradora, de 95% da sua produção, deixou de importar, agora não sabem fazer outra coisa, não podem dedicar-se a outra coisa e estão como se diz na gíria, na rua da amargura.

Pego, Sr. Presidente, que se faça um apelo ao Itamarati no sentido de que introduza o mate solúvel no mercado da ALALC e que, com o excedente do Instituto Nacional do Mate, com o dinheiro que se tem, compremos estoque para introduzir como propaganda da MATEX.

O Sr. Fernando Corrêa — Poderia mesmo ser utilizado na merenda escolar.

O SR. AARAO STEINBRUCH — Então o acervo que o Instituto transferiu ao Governo poderá ser utilizado na compra, para ser distribuída às merendas escolares ou então às Forças Armadas.

O Sr. Atílio Fontana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AARAO STEINBRUCH — Com prazer.

O Sr. Atílio Fontana — Estou ouvindo V. Exa. abordando dois setores importantes da nossa vida econômica. Primeiramente S. Exa. fez referência à pecuária bovina, que atravessa uma crise muito grave e que, em parte, se deve ao fato que ainda ontem nos foi citado pelo representante da Alemanha: não compram carne do Brasil porque o nosso País é um fornecedor eventual, não é tradicional e não podem comprar carne de um cliente que fornece apenas esporadicamente. Precisamos, pois, criar tradição; por essa razão é que temos dificuldades em exportar certo excedente de carne que precisaria ser exportado. Mas também o mercado de carne, nos últimos seis meses, teve uma queda da ordem de 10% e nosso preço já estava alto. Daí por que temos dificuldade de exportar. Esperamos, entretanto, que o Governo encontre uma solução para o caso e assim possamos exportar o excedente de carne bovina que existe em quantidade. Quanto à erva-mate, também acompanhamos esse problema que se criou aos produtores de erva-mate, principalmente aqueles do sul de Mato Grosso, que tinham o mercado argentino como tradicional, que comprava a produção e, de um momento para outro, resolveu não mais fazê-lo. A Argentina pode alegar que o Brasil não lhe compra tanto como faz ela em relação ao nosso País. A verdade, porém, é que se a Argentina quisesse, poderia vender mais ao Brasil, porque já estamos precisando comprar trigo e temos de recorrer ao Canadá, à Austrália, aos Estados Unidos, dinheiro à vista, como vulgarmente se diz.

O Sr. Fernando Corrêa — Permita-me, Senador Atílio Fontana: não compramos trigo dos Estados Unidos a dinheiro; compramos num prazo...

O Sr. Lino de Mattos — De quarenta anos!

O Sr. Fernando Corrêa — ...faço referência de quarenta anos. É o esclarecimento que quero fazer a Vossa Excelência. Talvez esta seja a razão pela qual o Brasil não compra

Migo da Argentina: é um País em condições financeiras e econômicas iguais às nossas e os Estados Unidos não o "primo rico" da América e estiveram quase meio século para o pagamento.

O SR. ATTILIO FONTANA — Nobre Senador, permite-me? (Assentimento do Orador) — O problema não é bem assim. Os Estados Unidos tornaram os seus excedentes de trigo e já não nos vendem o produto dentro da Lei nº 430 — a vinte, vinte e cinco, trinta, anos de prazo, com parte do recebimento em cruzeiros. Não mais assim. Os Estados Unidos estão, praticamente, com estoques baixíssimos. O nobre Senador José Ernirio, nos seus discursos, tem feito referência ao problema. Consequentemente, não mais temos aquelas condições.

Aquela lei foi revogada e temos que comprar a prazo curto ou a dinheiro mesmo e tanto isso é verdade que compramos uma pequena partida de trigo do Uruguai, pequena porque aquele país amigo não o produz em grande quantidade. De sorte que poderíamos, dentro do mercado da ALALC, incrementar muito mais nosso intercâmbio comercial com a Argentina. Poderíamos comprar muito mais trigo argentino — pois o nosso é sempre crescente — e, em contrapartida, a Argentina deveria comprar o nosso mate já existente, de vez que a Argentina era o maior mercado consumidor de mate brasileiro. Não se justifica, assim, que, de um momento para o outro, aquela nação amiga feche a entrada do nosso mate, colocando os produtores em situação angustiosa por não terem para quem vender a produção. Sabemos, realmente, que o mate solúvel seria uma excelente solução, de vez que poderia ser consumido não só no mercado da ALALC mas, também, no mercado europeu e até no de outros continentes.

O Sr. Fernando Corrêa — Poderia ocasionar um maior incremento também do nosso mercado consumidor interno.

O Sr. Atílio Fontana — Exatamente. V. Exa. disse muito bem.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — É esse, exatamente, o ponto que queria destacar — o mercado interno pois se falei, em passant, sobre a crise que a pecuária está experimentando, e que me foi apontada por produtores de Campo Grande. Tendo havido baixa de preço não tem havido mercado e, conforme ainda me informaram, essa baixa se refletiu no mercado varejista e, também, não há mercado.

Por que ocorre isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores? Por que vivemos, hoje, num país onde não há consumo. O povo não tem condições para comprar. Se existissem essas condições o povo poderia, por exemplo, consumir o mate que se produz em Ponta Porã, Amambai, Santa Catarina e Paraná. Mas não temos mercado consumidor. Estamos atravessando essa grande crise, pois temos subconsumo em virtude da falta de poder aquisitivo do povo brasileiro e dos miseráveis salários que percebemos. obrigado a destinar a maior parte da sua renda ao pagamento do aluguel de sua moradia — e dentro de poucos dias novo aumento incidirá sobre a locação de imóveis — quando em qualquer país do mundo, não ultrapassa 18% o que o trabalhador gasta com locação. Este é o grande problema nacional — o subconsumo.

Campo Grande baixou o preço no varejo, e o comércio não aumentou, porque não há compradores, não há poder de compra por parte da população.

Que representam oito mil toneladas de crua-mate para o consumo do nosso povo?

O Sr. Fernando Corrêa — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do Orador) — O que acontece, nobre Senador, é que, embora o preço do gado do produtor para o fazendeiro, tenha caído substancialmente e, nos açougues praticamente o mesmo não aconteceu. É que se está pagando a carne, do varejista para o fazendeiro, pelo preço antigo, quando o produtor está vendendo o seu boi, o seu gado, por preço bem inferior ao de antigamente.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Realmente, V. Exa. tem toda razão. Estava me referindo à baixa de preço no mercado de Campo Grande. Quando vim aqui, supus que o preço tivesse baixado. Nesse intervalo verifiquei que o preço continua o mesmo, apesar de não haver consumo.

São as considerações que desejava fazer, Sr. Presidente, alertando o Governo para esse problema, que precisa ter solução urgente fazendo com que o mate entre no mercado da ALALC ou compre esse estoque para consumo das Forças Armadas, merenda escolar, propaganda. Do contrário, a situação se agravando conduzirá todos ao maior desespero. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Clovis Maia
Edmundo Levy
Milton Tindade
Lobão da Silveira
Clodomir Millet
Sebastião Archer
Petrônio Portela
José Cândido
Paulo Saracate
Dinarte Mariz
Ruy Carneiro
Pessoa de Queiroz
Rui Palmeira
Carlos Lindemberg
Eurico Rezende
Gilberto Marinho
Milton Campos
João Abrahão
Bezerra Neto
Celso Ramos
Antônio Carlos
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Noqueira da Gama) — Sobre a mesa comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte:

Em 27 de abril de 1967.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto nos arts. 9º e 72, parágrafo único, do Regimento Interno, que, assumindo o exercício da representação do Estado do Acre, em substituição ao Senhor Senador Adalberto Sena adotei o nome parlamentar abaixo consignado e integrei a bancada do Movimento Democrático Brasileiro.

Atenciosas saudações, Clovis de Azevedo Maia (Assinatura por extenso).
Nome parlamentar: Clovis Maia.

O SR. PRESIDENTE:

(Noqueira da Gama) — A comunicação que acaba de ser lida, vai à publicação e produzirá seus efeitos.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O Senhor 1º Secretário irá proceder à leitura de requerimento de autoria do Senhor Senador Guido Mondim.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 311, de 1967

Senhor Presidente.

Requeiro que, consultado o plenário, não ocorra sessão do Senado nem funcionem os serviços de Secretaria,

no dia 4 de maio próximo, dia consagrado à Ascensão do Senhor, conforme já se faz tradição nesta Casa.

Em 27 de abril de 1967. — As.)
Senador Guido Mondim.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O Senhor 1º Secretário irá proceder à leitura de projeto de resolução de autoria do Sr. Senador José Ernirio e outros.

É lido o seguinte:

Projeto de Resolução Nº 43, de 1967

Altera o Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 1º O Art. 85-A do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução número 2, de 1959, modificada pelas de nº 45, de 1959; 12 e 76, de 1961; 5, de 1962; 3 e 34, de 1963; 6, 10 e 78, de 1964; 44, de 1965 e 29, de 1966) passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 85-A — A Comissão de Agricultura compete apurar sobre as proposições pertinentes aos seguintes assuntos:

- 1 — Agricultura e pecuária;
- 2 — Estrutura da economia agrícola;
- 3 — Crédito agrícola;
- 4 — Emigração e imigração (Const. art. 8º no XVII);
- 5 — Florestas, caça e pesca (Const. art. 8º, no XVII, h);
- 6 — Incorporação dos sílvcolas à comunhão nacional (Const. art. 8º XVII, o);
- 7 — Pesquisa agrícola;
- 8 — Química agrícola e industrial;
- 9 — Alienação ou concessão de terras públicas com área superior a três mil hectares (Const. art. 157, § 1º e 104, § único);
- 10 — Produção e comércio agrícolas.

- 11 — Estabilização de preços dos produtos agrícolas;
- 12 — Seguro das colheitas;
- 13 — Conservação do solo e assuntos correlatos;

1º — Subvenções ou isenções às atividades gerais sobre mencionadas ou a pessoa física ou jurídica que delas participem;

15 — Importação e exportação de produtos agropecuários;

16 — Convênios ou normas de intercâmbio comercial e empréstimos externos, quando relacionados com a agropecuária;

17 — Organização administrativa do Ministério da Agricultura, inclusive seu orçamento;

18 — Criação e organização de serviços subordinados à pasta da Agricultura e órgãos ligados à agropecuária;

19 — Organização agrária;

20 — Utilização de terras da União para fins agrícolas;

§ 1º — a requerimento de, no mínimo, um terço da Comissão, poderá este órgão, "ad-referendum de seu Presidente, realizar estudos e pesquisas sobre assuntos agropecuários, cabendo-lhes, neste caso, requisitar funcionários dos serviços administrativos do Senado, necessário aos seus trabalhos, bem como, para o mesmo fim, na forma da Legislação em vigor, funcionários de Ministérios, órgãos ou departamento da Administração pública.

§ 2º A Comissão, concluídos os trabalhos referidos no § 1º, redigirá relatório que concluirá pela apresentação de indicação, emenda ou projeto".

Art. 2º — Acrescente-se ao art. 145 o seguinte:

"Art. 145 — Para elucidação de qualquer matéria sujeita ao seu estudo, poderão as Comissões, por intermédio dos seus Presidentes:

- 1 — Propor ao Senado;
- a) —
- b) —

c) — lhe seja autorizado transportar-se a determinado lugar, onde fizer mister a sua presença.

Justificação

Com o advento da Carta de 24 de janeiro de 1967, que, em alguns pontos, modificou radicalmente, o Estatuto de 46, necessário se faz adaptar o nosso Regimento Interno às novas determinações constitucionais.

A par disso, pretendemos com o presente Projeto de Resolução, dar maior amplitude às atribuições da Comissão de Agricultura, no sentido de fazê-la mais presente e atuante nos assuntos relacionados com as atividades agropecuárias e correlatas.

Vale ressaltar que a presente proposição, submetida, informalmente, aos Senhores Senadores, Membros da Comissão de Agricultura, teve dos mesmos a melhor acolhida.

Não pretendemos, de maneira alguma, haver esgotado a matéria, pois certos estamos de que a colaboração das ditas Comissões a que será submetido o Projeto em muito poderá melhorá-lo, sendo mesmo de admitir-se ser esta a oportunidade, de proceder-se em nosso Regimento Interno a um estudo de profundidade, capaz de apontar, com segurança, as modificações de que o mesmo carece, com urgência.

Sala das Sessões, em ... de abril de 1967. — Senador José Ernirio de Moraes — Júlio Leite — Pedro Ludovico — Leandro Maciel — Ney Braga — Aloysio de Carvalho — Antônio Balbino — Ruy Carneiro — Bezerra Neto — Aarão Steinbruch — Cattete Pinheiro — Lobão da Silveira — João Abrahão — Aurélio Viana — Carlos Lindemberg — Guido Mondim — Paulo Torres — Rui Palmeira — Dinarte Mariz — Petrônio Portela.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O projeto tem subscritores em número suficiente, e, por isso, independe de votação do Plenário. Será publicado e, em seguida, ficará na Mesa por três sessões a fim de receber emendas.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEN DO DIA

Item 1.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 121, de 1965 (nº 1.773-B-52 na Casa de origem), que dispõe sobre a fixação dos limites da área do Polígono das Secas nos Estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, tendo pareceres, sob número 1.014, de 1965, 239 e 240, de 1967, das Comissões: do Polígono das Secas: 1º pronunciamento — sobre o projeto, favorável; 2º pronunciamento — sobre as emendas de plenário, contrário — de Constituição e Justiça — favorável ao projeto e às emendas de plenário.

Sendo o projeto de legislação anterior, a sua discussão deve ser regida de acordo com o Art. 323 § 2º do Regimento Interno.

Em discussão o projeto com as emendas.

Se nenhum dos Srs. Senadores deseja manifestar-se declare encerrada a discussão.

Em votação o Projeto, sem prejuízo das Emendas.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa).
Aprovado o Projeto.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 121, DE 1965

(Nº 1.773-B-62, na Casa de origem)

Dispõe sobre a fixação dos limites da área do Polígono das Secas nos Estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É estabelecida a seguinte revisão nos limites da área do Polígono das Secas, previstos na Lei número 175, de 7 de janeiro de 1936: no Decreto-Lei número 9.957, de 19 de setembro de 1946; e na Lei número 1.348, de 10 de fevereiro de 1951; a poligonal que limita a área dos Estados sujeitos aos efeitos das secas terá por vértices, na orla do Atlântico, as cidades de João Pessoa, Natal, Fortaleza e o ponto-limite entre os Estados do Ceará e do Piauí, na foz do Rio São João da Prata; a embocadura do Longá no Parnaíba e, seguindo pela margem direita deste, afluência do Urucu Preto, cujo curso acompanhará até as nascentes; a cidade de Gilbués, no Piauí; a cidade de Barras, na Bahia; e, pela linha atual, as cidades de Montalvânia, Pirapora, Corinto, Curvelo, Dom Joaquim, Nanaque e Salto da Divisa, no Estado de Minas Gerais; cidades de Poções e Amargosa no Estado da Bahia; cidades de Tobias Barreto e Canhoba, no Estado de Sergipe; cidades de Água Preta, São Lourenço e Golanja, no Estado de Pernambuco; e cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba.

Art. 2º — O município criado com o desdobramento da área de município incluído, total ou parcialmente, na área do Polígono das Secas será considerado como pertencente a este, para todos os efeitos legais e administrativos.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Em votação as Emendas que têm parecer contrário da Comissão do Polígono das Secas.

Os Senhores Senadores que aprovam as emendas ao projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitadas as emendas, de acordo com o parecer da Comissão Técnica. O projeto vai à sanção.

São as seguintes as emendas rejeitadas:

PARECERES Nºs 239 E 240, DE 1967

“EMENDA Nº 1

Do artigo 1º

Onde se lê:

“e, pela linha atual, as cidades de Montalvânia, Pirapora, Corinto, Curvelo, Dom Joaquim, Nanaque e Salto da Divisa, no Estado de Minas Gerais”;

Leia-se:

“e, pela linha atual, as cidades de Montalvânia, Pirapora, Corinto, Curvelo, Sete Lagoas, Dom Joaquim, Nanaque e Salto da Divisa no Estado de Minas Gerais”;

EMENDA Nº 2

Acrescente-se ao art. 1º:

“... e norte do Estado do Espírito Santo, do Rio Doce ao Rio Mucuri, no Estado da Bahia”.

EMENDA Nº 3

Inclua-se, no art. 1º, as seguintes cidades, no Estado do Espírito Santo, entre as cidades Dom Joaquim e Nanaque, em Minas Gerais:

“... de Dom Joaquim, em linha reta, até Mantenedópolis, São Mateus, Conceição da Barra e Mucuri, no

Estado do Espírito Santo, alcançando as cidades de Nanaque e Salto da Divisa, em Minas Gerais”.

EMENDA Nº 4

Onde se diz:

“Tobias Barreto e Canhoba”

Diga-se:

“Boquim e Propriá”.

EMENDA Nº 5

Acrescente-se ao art. 1º:

“Fica incluído todo o território do Estado do Piauí no Polígono das Secas”.

Somos, diante do exposto, pela aprovação das emendas.

EMENDA Nº 2

Acrescente-se ao art. 1º:

“... e norte do Estado do Espírito Santo, do Rio Doce ao Rio Mucuri, no Estado da Bahia”.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro)

Item 3:

(Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 17, de 1967, originário da Câmara dos Deputados, número 97-A-61, na Casa de origem, que mantém decisão do Tribunal de Contas da União que negou registro ao termo aditivo a contrato celebrado entre Anton Dakitsch e a Divisão do Pessoal do Ministério da Educação e Cultura, para desempenho da função de Técnico em Artes Gráficas, tendo pareceres favoráveis sob números 217 e 219, de 1967, das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa).... Se nenhum dos Senhores Senadores desejando manifestar-se, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o projeto. Vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1967

(Nº 97-A-61, na Câmara)

Mantém a decisão do Tribunal de Contas da União que negou registro ao termo aditivo a contrato celebrado entre Anton Dakitsch e a Divisão do Pessoal do Ministério da Educação e Cultura, para desempenho da função de Técnico em Artes Gráficas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º — Fica mantida a decisão do Tribunal de Contas da União que negou registro ao termo aditivo a contrato celebrado entre Anton Dakitsch e a Divisão do Pessoal do Ministério da Educação e Cultura, para desempenho da função de Técnico em Artes Gráficas.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro)

Item 3:

(Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 17, de 1967, originário da Câmara dos Deputados, número 97-A-61, na Casa de origem, que mantém decisão do Tribunal de Contas, proferida na sessão de 29 de dezembro de 1963, que denegou registro da despesa de Cr\$ 335.000 (trezentos e trinta e cinco mil cruzeiros), para pagamento à Empresa de Ferragens e Motores “MOTO” Limitada, pro-

veniente de fornecimento de material ao Ministério da Educação e Cultura, tendo pareceres favoráveis, sob os números 215 e 216, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa) Nenhum dos Srs. Senadores desejando manifestar-se, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o projeto. Vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1967

(Nº 302-67, na Câmara)

Mantém decisão do Tribunal de Contas da União, proferida na sessão de 20 de dezembro de 1963, que denegou registro da despesa de Cr\$ 335.000 (trezentos e trinta e cinco mil cruzeiros), para pagamento à Empresa de Ferragens e Motores “MOTO” Ltda., proveniente de fornecimento de material ao Ministério da Educação e Cultura.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º — Fica mantida a decisão do Tribunal de Contas da União, proferida na sessão de 20 de dezembro de 1963, que denegou registro da despesa de Cr\$ 335.000 (trezentos e trinta e cinco mil cruzeiros), para pagamento à Empresa de Ferragens e Motores “MOTO” Ltda., proveniente de fornecimento de material ao Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro)

Item 4:

(Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 18, de 1967, originário da Câmara dos Deputados, nº 304-A-67, na Casa de origem, que mantém decisão do Tribunal de Contas, proferida na sessão de 18 de dezembro de 1963, que denegou registro ao contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado em 23 de outubro de 1963, entre a União Federal e o Governo do Estado do Espírito Santo, tendo pareceres favoráveis, sob os números 215 e 216, de 1967, das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa) Não havendo quem peça a palavra para a discussão, dou-a como encerrada.

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1967

(Nº 304-A-67, na Câmara)

Mantém decisão do Tribunal de Contas da União, proferida na sessão de 18 de dezembro de 1963, que denegou registro ao contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado em 23 de outubro de 1963, entre a União Federal e o Governo do Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica mantida a decisão do Tribunal de Contas da União, proferida na sessão de 18 de dezembro de 1963, que denegou registro ao contra-

to de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado em 23 de outubro de 1963, entre a União Federal e o Governo do Estado do Espírito Santo, com recursos provenientes da colocação de “Letras do Tesouro”.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 5:

(Discussão, em primeira turn, do Projeto de Lei do Senado número 2, de 1967, que modifica a redação do artigo 86 da Lei número 4.215, de 1963, que dispõe sobre o exercício da advocacia pelos servidores aposentados ou em disponibilidade, tendo pareceres contrários, sob o nº 156, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o projeto.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra, para a discussão, o nobre Senador Aloysio de Carvalho.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, pedi a palavra não para discutir o projeto que recebeu parecer unânime desfavorável da Comissão de Justiça, mas para comunicar ao Plenário que o Instituto dos Advogados de São Paulo registrou, em sua volta pela rejeição da proposição. Usando de expressões, que devem constar dos Anais do Senado, em ofício dirigido ao Presidente do Senado, Ilustre Senador Moura Andrade, diz o Presidente, em exercício, do Instituto dos Advogados de São Paulo, entre outras considerações, o seguinte: (Le):

“Esperando que Vossa Excelência faça esta manifestação presente a mais Alta Casa do Parlamento Nacional, peço licença para acenar que nenhum outro motivo a inspirou, senão o empenho de assegurar à profissão os melhores padrões éticos. Tal vez seja o Instituto dos Advogados de São Paulo a única entidade brasileira que agasalha em seu seio, como seus membros e colaboradores das atividades científicas e culturais, os magistrados e demais juristas não-inscritos nos quadros da Ordem porque exercem funções incompatíveis com advocacia. Esta circunstância indica a isenção de ânimo com que o Instituto firmou sua atitude, radicalmente contrária à pretendida revogação do dispositivo legal moralizador e necessário.

Sr. Presidente, esta a comunicação que desejava fazer ao Plenário, na oportunidade da discussão, em primeiro turno, do Projeto. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Continua em discussão o projeto. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação. (Pausa).

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa) Está rejeitado.

Terá arquivado.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, DE 1967

Modifica a redação do art. 86 da Lei nº 4.215, de 1963, que dispõe sobre o exercício da advocacia pelos servidores aposentados ou em disponibilidade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O art. 86 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 86. Os magistrados, membros do Ministério Público, servidores públicos, inclusive de autarquias e entidades paraestatais, e os funcionários de sociedades de economia mista, definitivamente aposentados, não terão qualquer incompatibilidade ou impedimento para o exercício da advocacia.

Parágrafo único. Enquanto estiver em disponibilidade e a partir de um ano do ato que as afastou da função, as pessoas referidas neste artigo poderão exercer a advocacia sem qualquer incompatibilidade ou impedimento a que faz referência o presente capítulo.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Esgotou a matéria da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Te a palavra o nobre Senador Leandro Maciel.

O SR. LEANDRO MACIEL:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente ouvimos, há dias, oportuno discurso do eminente senador José Ermírio sobre a produção nacional de arroz.

Com o patriótico empenho de despertar a atenção de nosso governo para assunto de magna urgência, ofereceu-nos sua excelência valioso subsídios, fundamentados em dados estatísticos atualizados, subsídios estes que nos dão bem idéia da grande importância que assume este cereal nos nossos dias.

É enorme e cresce mais, dia a dia, a importância do arroz no comércio e no consumo mundiais. O déficit entre a produção e o consumo, que aumenta cada ano, vem propiciando aos países produtores mercado fácil para colocação de seus excedentes. É portanto imperativo e urgente para o Brasil ajustar-se a uma política objetiva e séria, sobretudo séria, a fim de dar aos produtores brasileiros meios rápidos para produzir mais e mais barato. Por isto venho trazer o meu modesto e despretensioso depoimento, somando-me aos Senadores que deram ao referido discurso a sua colaboração, mostrando o abandono em que vive a cultura do arroz em seus respectivos Estados. Lamentavelmente o problema é um só por todo o Brasil. Aos lavradores do arroz falta tudo. Faltam o crédito, a mecanização, a assistência técnica, a semente selecionada, o adubo, a irrigação, a drenagem. E, coroando esta gama de necessidades, falta-lhes, no final, ainda, o preço compensador.

No meu Estado, Srs. Senadores, e no Estado de Alagoas, estão as terras privilegiadas para o plantio do arroz, as conhecidas e famosas vassantes do Baixo São Francisco. Há ali uma lavoura tradicional, a mais forte e mais ativa da região.

As estatísticas mostram que o índice médio de produtividade por hectare é, no Brasil, de 1,77 ou sejam 1,770 quilos por hectare. Nas vassantes do São Francisco este índice foi, no ano passado, segundo dados da Suvalde, de 2,16 ou sejam 2,160 quilos por hectare. Como vêem, trata-se de um índice bastante animador. As vassantes do São Francisco resultam da volta do rio ao seu talweg, depois das enchentes. Rio de descar-

ga sólida, traz ele nas suas águas barrentas uma mistura de terra com matérias orgânicas em decomposição, lodo de fácil decantação. Decantando-se, as águas paradas nas lagoas e várzea, depositam este lodo que aduba anualmente aquelas terras, sem nenhuma despesa para os seus proprietários e é excelente fertilizante que se renova sempre, dádiva do rio nessa área imensa onde, deploravelmente, até hoje, só uma ridícula parcela vem sendo aproveitada. Houvesse incentivo e assistência por parte do Governo e todas as lagoas marginais já estariam preparadas para o plantio do arroz, aumentando-se assim a área cultivada e, conseqüentemente, a produção, que nestes últimos cinco anos, estacionou na casa dos 500.000 sacos de 60 quilos. A maioria das lagoas ribeirinhas não tem sequer um dreno para escoamento de suas águas. Elas ficam cheias com o rio cheio e permanecem cheias quando o rio baixa. Há uma lagoa denominada Cotinguiba, do lado de Sergipe, entre os municípios de Propriá, Japoatã e Neópolis, onde não se plantava um só pé de arroz. Levado até lá, quando Deputado Federal, constatei que se fosse aberto um dreno para escoamento, coisa aliás facilíssima, a lagoa secaria, oferecendo excelente e nova área para o plantio do arroz. Depois de uma luta exaustiva, antes de existir a Comissão do Vale do São Francisco, hoje Suvalde, consegui que fosse feito tal serviço. Assisto hoje, com grande satisfação, a Lagoa do Cotinguiba produzir 60.000 sacos de arroz e não produz muito mais por que lhe faltam ainda uma pequena barragem e uma porta d'água, reguladoras da sua descarga. Como Cotinguiba, há muitas outras lagoas nos dois lados do rio. Esperam todas elas e esperam também as imensas várzeas o primeiro benefício por parte do Governo. Obtivessem estas áreas a drenagem indispensável e rapidamente se incorporariam à economia dos dois Estados.

Várzeas como as de Esume, Poxim, Propriá e Valadão, em Sergipe, e Marituba, Perocaba, Boacica, Itiuba e Tibiri, em Alagoas, são poucas dentre muitas que, obtidos alguns benefícios governamentais, aumentariam de várias vezes a atual produção de arroz, contribuindo decisivamente para a melhor alimentação de nosso povo e contribuindo ainda para suprir a carência mundial de arroz.

E como se conceber também plantar arroz no Nordeste sem que estejam os lavradores prevenidos, com elementos ao alcance de suas mãos, para acudir suas plantações nos comuns veranicos em plena estação invernal? No ciclo vegetativo do arroz de 100 dias, faltando a umidade, poderá ele chochar. E acontecerá então que os lavradores, depois de tanta luta, irão, certamente, na colheita, colher mais casca do que grão, baixando, como conseqüência, enormemente, a produtividade por hectare.

No seu primitivo projeto de linhas de transmissão a Hidrelétrica de São Francisco iria fazê-las descer as margens do Rio, com o propósito certo, de apressar, com a eletrificação rural, o desenvolvimento dessa promissora região. Mas quando devia entrar em funcionamento a sua primeira turbina, a Hidrelétrica de São Francisco alterou seu plano inicial para levar logo suas linhas aos grandes mercados de consumo, Salvador e Recife. Só mais tarde fez descer linhas secundárias para Aracaju, Maceió e Propriá. Tudo isto está certo mas o que continua errado, erradíssimo, é que até o presente momento a eletrificação rural do Baixo São Francisco continua aguardando oportunidade. E não conheço, nesta altura, nenhum plano para o aproveitamento dessa energia pelo setor agrícola. É imprescindível que esta energia venha

acionar as bombas, que levariam a água salvadora, nas horas de aflição, que se repetem todos os anos, aos lavradores sanfranciscanos que, teimosamente, continuam lutando, inteiramente desamparados, pelos poderes públicos.

Começa o Governo do Marechal Costa e Silva e os seus Ministros se acham tomados de entusiasmo contagiante pelos seus anunciados programas de trabalho.

No caso do arroz do Baixo São Francisco vamos apelar para o Ministro do Interior, General Afonso Albuquerque que foi, inequivocamente, escolhido com os aplausos gerais dos nordestinos. Esperamos agora que a SUVALE, antiga Comissão do Vale do São Francisco e que nenhum de seus problemas resolveu, mas que, reconheço, tudo fez para ter permanentemente mobilizada uma clientela eleitora, esperamos, repito, agora, um trabalho planejado e de ação objetiva, visando aquela população ribeirinha tão sofrida, e, explorando a terra privilegiada nas suas fabulosas possibilidades.

Deixemos a aplicação, sem propriedade, das verbas. Apliquemo-las adequada e maciçamente em programas definidos, evitando a sua pulverização que se torna um desperdício e um crime.

Está na tela da discussão o problema do arroz mal cuidado mas é, ainda tempo de darmos um passo, com segurança, na política de melhor e maior produção desse rico cereal.

Não devemos continuar ufanisticamente a dizer que o Brasil é o país do futuro, porque ele pode e deve ser o grande país do presente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Com a palavra o Sr. Senador Antônio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, recebi, há poucos dias, dois documentos que versam sobre assunto idêntico e cuja importância desejo encarecer desta tribuna, para pedir a atenção do Poder Executivo para os mesmos.

Primeiro, Sr. Presidente, chegou-me às mãos carta do Sr. Willy Frey, agricultor em meu Estado, encaminhando relatório que, sobre a produção industrial de frutas de clima temperado no Brasil, elaborou o Sr. George Delbard, fruticultor e viveirista em França.

O relatório, que resume os trabalhos desse especialista durante o mês de fevereiro do corrente ano, não é apenas um retrato fiel de uma próspera região do meu Estado como também um panorama das possibilidades da fruticultura e da floricultura nas regiões da Serra, do Meio Oeste e do Oeste catarinense.

Inicia o trabalho o Sr. George Delbard anunciando que há 40 anos vem-se especializando na produção de frutas de clima temperado, e acrescenta:

Nossos viveiros são os mais importantes da Europa e nossa Estação Particular de Pesquisas de Floricultura é sem igual no mundo, pela extensão de sua ação científica.

Por isso, nossa ação junto à produção frutífera (e de flores) ultrapassou, largamente, o âmbito nacional francês para atingir diversos outros países.

Com efeito, após uma dezena de anos, os contatos com os Chefes de Governo de numerosos países permitiram-nos a realização de estudos técnico-econômicos e de programas de desenvolvimento no setor de fruticultura, particular-

mente nas Repúblicas da Europa Central, nos países do Oriente Médio e na África do Norte. Informa, ainda, o técnico francês, que: (Lê)

As viagens de estudo à Rússia e cinco visitas consecutivas aos Estados Unidos completaram nossas informações e nos familiarizaram com os problemas frutíferos do hemisfério norte.

A viagem feita ao Brasil, em fevereiro de 1967, representa o nosso primeiro contato com um país do hemisfério sul, onde a produção de flores, em função da inversão das estações do ano, é complementar às da Europa. (Enquanto é verão no Brasil, é pleno inverno na Europa.)

É. Sr. Presidente, uma apresentação desse estudioso que dispensa maiores comentários e por si só vale como uma demonstração da importância dos trabalhos que realizou no Brasil, trabalhos de interesse de nosso País, especialmente do Estado que represento nesta Casa, que foi objeto de maior atenção daquele ilustre técnico e cientista.

Depois, Sr. Presidente, de louvar a Sociedade Agrícola Fraiburgo Ltda., sediada no Município de Fraiburgo, na região do meio-oeste catarinense, que promoveu essa viagem, e de ressaltar a colaboração que recebeu do Sr. Ministro Edgard Fauré, Encarregado dos Negócios da Agricultura em França, e do Sr. Charles Chambrun, Ministro francês do Comércio Exterior, e do Sr. Ministro Roberto Campos, à época titular do Planejamento, faz um exame das possibilidades do nosso País, quando ao desenvolvimento da fruticultura e floricultura. Diz, então, o técnico francês:

(Lendo)

Nossa viagem, naturalmente, realizou-se através dos Estados do Sul.

Do Rio a Curitiba, parece-nos difícil nessa região de clima muito quente, produzir, com sucesso, frutas européias, objetivando a produção de frutas frescas. A qualidade das maçãs da região de Jundiá (SP) pode, muito bem, comprovar nossas afirmações.

Poder-se-á, talvez, com vantagens, cultivar, em certas regiões favoráveis, a produção de amêndoas, azeitonas e pêssegos de carne dura, em conserva (tipo cling) se o Brasil desejar, igualmente, implantar uma indústria de conservas que o livre das importações.

O clima do Oeste catarinense pareceu-nos, entretanto, extraordinariamente favorável à produção de frutas frescas européias.

Quando se fala em maçã, no Brasil pensa-se em São Joaquim, no Estado de Santa Catarina. Nossa viagem de estudos levou-nos, então, naturalmente, a visitar, em primeiro lugar, "São Joaquim" — "capital" brasileira da maçã.

O certo é que o clima da região de São Joaquim (1.300m de altitude) é, extremamente favorável à cultura da maçã. Mas o setor que nós visitamos apresenta terreno cheio de pedras o que por si só, é um atraso certo, em função de uma mecanização indispensável a toda espécie de culturas modernas.

Se existem zonas não pedregosas e banhadas de grandes dimensões (nunca menos de 20 hectares) que possam, talvez ser drenados, então pode-se prever algum futuro para São Joaquim, pois sua economia será sempre hipotética, devido à distância onde se loca-

liza, que exige uma estrada asfaltada, até hoje inexistente.

A atividade do Campo Experimental Federal de São Joaquim pareceu-nos norteada, acima de tudo, para a produção. Portanto, um programa de pesquisas aplicadas parece-nos mais apropriado. O estudo de toda a gama de porta-enxertos (de maçãs, especialmente), o teste do valor das variedades frutíferas modernas comercializáveis mundialmente, representa o objetivo a que toda Estação Experimental deve se dedicar, em primeiro lugar.

Esses objetivos são, entretanto, atualmente, procurados no Campo Experimental de Videira: *Viticultura* (em S.C.) onde pudemos ver uma só experimentação sistemática recentemente encetada, e que guiará, com segurança, num futuro próximo os produtores dessa região.

Mas, um "espetáculo" de pomicultura de real importância nos aguardava em Fraiburgo!

De fato a *Sociedade Franco-Brasileira, Sociedade Agrícola Fraiburgo Ltda — SAFRA* — tem plantados:

— 4 hectares de pomar em espaldeiras de maçãs e pereiras, de 1963 a 1965;

— 86 hectares de pomar em forma liberal, de maçãs e ameixas, de 1960 a 1965;

— 90 hectares de uvas viníferas, de casta fina, de 1963-1964;

— 30 hectares de uvas Isabel, antigas;

— 10 hectares de diversas frutas européias (nozes, cerejas, amêndoas, nectarinas, damascos);

— 5 hectares de sortido e bem cuidado viveiro.

Em seguida, o técnico francês Georges Dalhard alinha as condições da região do meio oeste catarinense, da serra e do extremo oeste — ideais para uma produção intensiva de árvores frutíferas:

No ser mei. continental, a 1.100 metros de altitude, a vegetação e frutificação de árvores de folhas caducas, são favorecidas:

— por um clima ideal comportando, no inverno, temperaturas mínimas que atingem 10 graus centígrados abaixo de zero, justamente no período de pleno repouso das árvores frutíferas do tipo europeu e, no verão, uma temperatura máxima que, raramente, ultrapassa os 30 graus.

— pela precipitação pluviométrica anual bem equilibrada, de 1.350 em média.

— pelas terras de excelente qualidade, desprovidas de pedras, com declives que, raramente ultrapassam 20%.

— por um sub-solo argiloso, que mantém a umidade suficiente em períodos de seca.

— pela ausência de geadas durante a floração.

Todas essas vantagens se adicionam e se completam para oferecer as maiores garantias de rentabilidade e dar aos frutos: cor, sabor e, acima de tudo, uma densidade que os tornará superiores aos da Argentina, propiciando-lhes uma comercialização fácil.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, se desenvolve esse notável relatório de um dos maiores técnicos europeus em floricultura e fruticultura, que visitou o nosso País em fevereiro de 1967. Lembra ele, nesse seu relatório, que o Brasil tem gasto, na importação apenas de maçãs. 25 bilhões de cruzeiros antigos por ano. Faz um cotejo, dos mais interessantes, entre o custo de uma unidade dessa espécie no Brasil e na França.

Na Europa — diz ele — o salário de um trabalhador rural, não especializado, é de 4 francos por

hora, para um preço de venda de maçã de 1,20 a 1,50 francos o quilo.

No Brasil o salário de um trabalhador agrícola é de NCr\$ 0,35 por hora, para um preço de venda de maçã de NCr\$ 3,00 a NCr\$ 3,50 o quilo.

Depois de apontar, com abundância de detalhes e demonstrações de largos conhecimentos de fruticultura e floricultura, o meio-oeste catarinense, da Serra e do oeste como regiões ideais para desenvolvimento de uma produção que não só liberte o Brasil de importação de frutas européias, como ainda lhe permita exportar, indica a orientação e a organização da produção mais adequadas para que possamos vencer neste setor da economia.

Aconselha a criação de organizações abertas com a reunião de cooperativas e pequenas propriedades, todas elas sob a direção de um organismo central, uma direção técnica unificada, capaz de atender aos problemas científicos da produção e aqueles outros referentes à coordenação e ao armazenamento.

Conclui este seu trabalho, dizendo:

"Estamos persuadidos de que existem no Brasil, como em todos os países, pessoas que acreditam em nós como também outras que descreem! É por isso e, na intenção destas últimas que, se nosso projeto for levado em consideração, nós nos propomos a desenvolver este estudo."

Este o oferecimento de um dos maiores técnicos em fruticultura e floricultura do mundo; que tem o maior estabelecimento industrial na França, ao Brasil para ajudar o nosso País a desenvolver este setor da nossa economia.

O Sr. José Ermirio — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. ANTÔNIO CARLOS — Ouço o nobre Senador.

O Sr. José Ermirio — Sr. Senador, acompanho com a máxima atenção o discurso de V. Exa. e verifico que o Estado de Santa Catarina, principalmente a região de São Joaquim da Serra, é apropriada para a produção de frutas européias, a maçã com especialidade. A estrada a que V. Exa. se refere, para escoamento de uma produção cuja exportação daria uma economia de 25 milhões de cruzeiros novos, deve ser feita já. O Ministério da Agricultura deveria instalar, desde já, em São Joaquim, um departamento de fruticultura para evitar a sangria anual a que somos obrigados com importação de frutas, sangria que aumenta cada vez mais. Nós já temos, condições de acreditar em nós mesmos. Com a técnica de fora, com este técnico francês que está em Santa Catarina, devemos aproveitar e organizar uma cooperativa, como já se fez com sucesso no Japão, na Dinamarca, na França e na Alemanha, para podermos produzir, não só maçã, mas também ameixa e peras em grande escala, e dar àquela região o valor que ela tem para o Brasil.

O SR. ANTÔNIO CARLOS — Sou grato a V. Exa. pelo seu aparte. E devo dizer que a estrada que deve ligar São Joaquim a Lages é uma estrada que, ainda há pouco, tinha uma balsa a perturbar o seu tráfego.

Em virtude de emenda de autoria do Senador Irineu Bornhausen, apresentada ao anexo do Ministério da Viação e Obras Públicas, num dos orçamentos anteriores, foi possível destacar dotação de cinquenta milhões de cruzeiros antigos, e uma ponte foi, de fato, construída. Mas a estrada pavimentada, de macadame, está em condições precárias.

Há outra estrada que liga São Joaquim ao porto de Tubarão. Esta sobre, em poucos quilômetros, do nível do mar a cerca de 1.200 metros.

Foi uma grande obra de engenharia. Mas há necessidade de completá-la. A estrada precisa de viadutos e de alguns túneis, para poder servir perfeitamente ao transporte de produtos perecíveis, como fruta fresca que não pode aguardar transporte muito tempo nem sofrer paralisação, ao ser transportada.

Mas, Sr. Presidente, continua o relatório:

"Antes de ir muito avante é, para nós, entretanto, indispensável, conhecer a posição do Governo brasileiro nesse sentido."

Com efeito, uma ação de tal envergadura exige investimentos que não poderão ser suportados, na totalidade, pelos agricultores.

As questões de saneamento e valorização do solo são mais da competência do poder público que do setor privado.

Neste setor, o Governo francês, que fez realizações muito importantes e felizes, graças à criação de Sociedades de Economia Mista para valorizar a região de Bas-Rhone Languedoc e a Ilha de Corse poderá, sem dúvida, trazer uma assistência técnica preciosa, através de seus engenheiros especializados.

A assistência técnica francesa poderá, talvez, se traduzir pela formação de engenheiros e de técnicos agrícolas brasileiros, que constituirão o quadro e a equipe das novas explorações.

Sobre nosso plano pessoal estamos, igualmente, dispostos a acolher em nossas explorações na França, engenheiros agrônomos e pessoas do quadro superior brasileiro, em estágios de aperfeiçoamento.

Para que toda essa ação seja coordenada, será necessário que tenhamos em mãos uma associação com um grupo Evraud (ou a Safra), com a direção técnica, as unidades a serem criadas para a produção de frutas européias, na qual poderá ser encaixada a de "pequenos frutos", para conservas e sucos.

E conclui:

"Estará o Governo brasileiro disposto a encorajar e financiar a produção industrial de frutas européias no Brasil?"

O relatório, Sr. Presidente, é de uma objetividade admirável e revela tal conhecimento que eu não venci a atenção de trazê-lo ao conhecimento do Senado.

Vencida a Serra do Mar, no Estado de Santa Catarina, toda a área, até a fronteira da República Argentina, é área da Bacia dos Rios Paraná-Uruguai, tanto que as águas, a partir da Serra do Mar, já nos Municípios de São Joaquim, de Lages, de Rio do Sul e Canoas, não correm para o Oceano Atlântico. São águas tributárias do Uruguai, através dos Rios Pelotas, Marombas, Canoas, Peixe, Chapéu, das Antas, Iracema e Peperi, águas tributárias do Rio Paraná através do Rio Iguaçu, do Rio Negro e outros que correm na fronteira do Estado do Paraná.

Com exceção dos campos de Lajes, utilizados para a pecuária, o terreno é o que chamamos de terreno dobrado. Quando muito encontram-se, a partir do Rio Canoas, do Rio Marombas e do Rio do Peixe, áreas denominadas na região como coxilhões, onde o relevo do solo é um pouco amenizado, mas, em regra, a agricultura se faz nas faldas das montanhas.

O relatório assinala que esse tipo de terreno com essa topografia, não é aconselhado ao plantio, em grande escala, do trigo, do milho ou de outras culturas de subsistência. A região se presta especialmente à

suinocultura que lá já atingiu extraordinário desenvolvimento, pois na região temos grandes frigoríficos e a fruticultura. Mas não é só o relevo do solo, sua qualidade, o clima, a altitude, estão a recomendar a fruticultura.

Em 1952, quando Ministro da Agricultura o nosso eminente colega, Senador João Cleofas, criou-se em São Joaquim uma estação de fruticultura. Ela ainda existe mas, como diz o relatório, não se dedica à pesquisa, apenas cuida da produção; tem razoáveis viveiros, mas não possui elementos para orientar os pequenos proprietários e até mesmo os que se dedicam à pecuária no sentido de fazer da fruticultura e da floricultura atividades econômicas.

Na Região do Vale do Rio do Peixe existem pequenas propriedades; a agricultura já alcançou o cimo dos morros, mas não há possibilidade de mecanização e, assim, a produção de milho e de trigo é limitada às necessidades da suinocultura ou às necessidades comuns dos habitantes da Região. Para recuperar-se aquela região, para enriquecer o Oeste catarinense e resolver um grave problema brasileiro, ter-se-á de responder à pergunta do Sr. George Delbard que veio ao Brasil a convite de uma sociedade agrícola criada no pequeno Município de Fraiburgo, Município este colonizado por um cidadão francês que há muitos anos veio para o Brasil e, aqui, se dedicou à instalação da indústria madeireira.

Mas, em Santa Catarina, como V. Exas. sabem, a reservas florestais estão-se acabando. A grande riqueza do meu Estado está se esgotando. Já são poucos os pinhais que merecem uma instalação industrial para sua exploração. O que se está fazendo é como que a liquidação da sua reserva florestal. Procura-se reforestar e, ainda agora, o Conselho Nacional de Comércio Exterior baixou uma circular muito sábia, proibindo a exportação por quem não reforestasse. Mas existem vastas áreas nos Vales dos Rios do Peixe, Canoas, Marombas e até a fronteira da Argentina especiais para a fruticultura e a floricultura. E esse cidadão francês, Presidente da Sociedade dos Municípios do meio Oeste catarinense e Prefeito do Município de Fraiburgo, Sr. René Frey, trouxe para o Brasil um grupo de famílias francesas que está fazendo um notável trabalho no setor da fruticultura.

Em 1963, essa sociedade começará a produzir um tipo de maçã, "maçã spur", que hoje é considerada a de maior rendimento no mundo e já estão fazendo alguns experimentos no plantio e produção de um fruto cuja espécie foi selecionada na Califórnia e que se denomina nectarina e que substitui, com vantagem, o pêssego. Mas é preciso dar dimensões regionais, e até mesmo nacionais, a esse notável trabalho que se realiza no Vale do Rio do Peixe, tendo como centro Fraiburgo e o Município de São Joaquim.

Ainda agora acabo de receber um ofício do Prefeito de São Joaquim, comunicando a realização da Festa da Maçã e Produtos Derivados, em 1968, e pedindo auxílio do Governo Federal. Vou ler esse documento, para conhecimento da Casa:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

Estado de Santa Catarina

São Joaquim, 3 de abril de 1967
OF. PM-51-67

Ao Exmo. Sr. Senador

Dr. Antônio Carlos Konder Reis
Rio de Janeiro — GB

Senhor Senador

Mais uma vez, venho à presença de V. Exa. como Prefeito deste

Município, e em nome dele e de seu povo, mais uma vez solicitar vossos préstimos, os quais nunca nos foram negados, e pela solicitude com que os nossos pedidos são encaminhados, é que de vez em quando, voltamos a vos importunar, na certeza de que no Rio ou em Brasília, existe um braço forte a defender e a lutar pelos interesses deste pedacinho de Santa Catarina — São Joaquim.

Senhor Senador,

Já deve ser do vosso conhecimento, e interesse que temos, em realizar, durante o mês de fevereiro de 1967, "A festa da maçã e produtos derivados", que talvez venha a receber outra denominação, mas que cingira a mesma idéia, os mesmos objetivos. Mas, para que possamos levar avante este nosso plano, que muitos benefícios trará a este Município, naturalmente que necessitamos de auxílios Federal e Estadual, além dos recursos próprios do Município, que dispenderemos.

Bem; — Por ocasião da recente Feira Agropecuária Nacional, realizada em Curitiba, tivemos a oportunidade de mantermos contactos com o Exmo. Sr. Senador Ney Braga, solicitando-lhe o apoio, para a concretização de nossos objetivos, na consecução de verbas junto ao Ministério da Agricultura, — isto por sabermos da amizade e força que o mesmo mantém junto ao Exmo. Senhor Ministro. Muito bem recebida e acatado pelo Senhor Ney Braga, foi o nosso pedido, sendo que na mesma oportunidade o Senador se mostrava entusiasmado com a beleza das maçãs que daqui levamos, num sentido de divulgação, muitas das quais lhe foram ofertadas.

Então, naquela oportunidade o Senhor Ney Braga, pediu-nos que credenciássemos um Senador ou Deputado Federal de Santa Catarina, para que juntamente com ele, providenciassem o pedido de liberação de verbas, junto ao Senhor Ministro. Pediu-nos ele, ainda, que depois que fizéssemos tal credencial, o credenciado lhe procurasse para entabularem entendimentos.

Prezado Dr. Antônio Carlos, o nosso eterno credenciado é V. Excia. Por tal, se mais uma vez merecermos vossa atenção, pedimos que entreis em entendimentos com o Senador Ney Braga, para juntos pleitearem junto ao Ministro da Agricultura, ou no Órgão Governamental competente, uma verba de no mínimo NC\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) para construção do nosso Parque, no qual realizar-se-á o Certame.

Temos notícias de que o atual Ministro da Agricultura, galgou o cargo, por indicação do Senador Ney Braga. Se isto é verdade, acreditamos que as facilidades para a construção do nosso pedido serão enormes. De resto, deixamos em nossas mãos as atitudes a serem tomadas quanto a transitação do pedido.

Senhor Senador, não necessitamos dizer, que confiamos em vosso esforço, prestígio e trabalho dedicados em prol desta Comunidade, pois esta confiança já está adquirida por nós, há muito tempo, justamente porque V. Excia. fez por merecê-la e adquiri-la.

Certo de vossa dedicação, usamos da oportunidade para reitervos nossos porteiros de alta estima e elevado apreço, prome-

tendo oportunamente, novas comunicações.

Atenciosamente

Egídio Marlorano Neto, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC.

Para que possa ter êxito esse convênio, para que se possa dar expressão regional e mesmo nacional ao trabalho que se realiza, tendo como centro São Joaquim e Fraiburgo, é necessária a importância do Governo do Estado e do Governo Federal responderem a essa pergunta: o Brasil deseja ou não incrementar a produção de frutas e verduras e de flores?

Tenho conhecimento de que esse relatório foi encaminhado aos Senhores Ministros da Agricultura e do Planejamento, e também ao Secretário de Agricultura de Santa Catarina. A resposta a essa pergunta é que desejo ouvir.

Para Santa Catarina, a política da ação corporativa, decisiva, do Governo Federal.

E o financiamento, é a instalação de estações experimentais, é a garantia do armazenamento, é a garantia do preço mínimo e a certeza da comercialização que contribuirão o sistema, capaz de permitir êxito a esse notável empreendimento.

Hoje, ele é quase uma atividade amadorista em São Joaquim, pois que a produção de maçãs, peras e pêssegos, naquela Município, se faz como uma atividade secundária. A atividade principal é a pecuária.

O relatório, aponta que, em São Joaquim, há necessidade de se corrigir um déficit: o grande número de pedras existentes no solo daquele Município.

Em Fraiburgo, a fruticultura é uma iniciativa isolada desse grupo de colonos franceses que está plantando, numa região vasta, maçãs, peras, uvas e pêssegos. Mas, para que amanhã não ocorra o que ocorreu com o trigo, em 1923, quando o então Governador Senhor Adolpho Konder lançou uma campanha para o plantio do trigo e depois não teve condições de garantir a comercialização do produto, para que esse esforço não se perca ou não se reduza a uma atividade marginal na economia do meu Estado e do País, deseto, Senhor Presidente, da tribuna do Senado da República, cobrar a resposta à pergunta que fez ao Governador de Santa Catarina e ao Governo do Brasil este notável técnico francês, que mantém, em seu país, o maior estabelecimento de fruticultura e floricultura e que, espontaneamente, veio fazer esse estudo, que merece a atenção por parte das autoridades brasileiras, de modo que possamos fazer daquela região catarinense — da serra, do meio-oeste e extremo-oeste — a maior região de produção de frutas européias do Brasil e, quem sabe, mesmo da América do Sul.

As condições naturais encontradas ali são excelentes. Temos a tradição da mão de obra desses colonos, não só os da França, que vieram recentemente, mas dos antigos colonos, os que vieram da Itália, cujos descendentes residem em Santa Catarina, dos descendentes de alemães que, por tradição, têm aprimorado essa atividade agrícola e que apenas esperam do Governo aqueles elementos que este pode dar: infra-estrutura, sistemas de transportes eletrificados, estradas específicas, armazenamento, enfim, condições capazes de fazer desse sítio, que é o de muitas e muitas possibilidades, uma grande realidade para o bem do futuro do novo País. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE: (Cattete Pinheiro) — Não há mais oradores inscritos.

O nobre Senador Daniel Krüger, como Líder do Governo, encaminhou expediente à Presidência.

Vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido o seguinte:

Brasília, 27 de abril de 1967.

Senhor Presidente

Para que passem a usar das atribuições que lhe são conferidas pelo Regulamento, interno, para ocuparem as vice-lideranças do Governo nesta Casa os Senhores Senadores Paulo Saracate e Eurico Rezende.

Atenciosamente,

Senador Daniel Krüger, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Costa) — Na Sessão de ontem, o plenário aprovou o Requerimento número 307, em que se solicitava a criação de uma Comissão de 5 membros, para representar o Senado na inauguração da XVI Exposição de Animais e Produtos Derivados, de âmbito nacional, a realizar-se no dia 6 de maio na cidade de Brasília.

Para integrarem a Comissão, a Presidência designa os Srs. Senadores José Ermirio, Altílio Fontana, Fernando Corrêa, Aurélio Vianna e Armando Storni.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, marcando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

SESSÃO EM 28 DE ABRIL DE 1967

(Sexta-feira)

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 247, de 1967, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1967, originário da Câmara dos Deputados, nº 355-A-66, na Casa de origem, que aprova o "Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre os Estados Unidos do Brasil e a República Socialista da Tchecoslováquia", firmado na cidade de Praga, a 27 de fevereiro de 1964.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATOS DO PRIMEIRO SECRETARIO

O Senhor Primeiro Secretário concedeu, nos termos do art. 273, item II da Resolução nº 6, de 1960, e de acordo com o respectivo Livro Médico, licença para tratamento de saúde ao seguinte funcionário:

João Avriar Dreyer, Auxiliar de Limpeza, PL-14, no período de 6 a 16 de março de 1967, num total de 11 dias em prorrogação (DP-214-67).

Deferiu, nos termos do art. 88 da Resolução número 6-60, os seguintes requerimentos de prorrogação de prazo para posse, por 30 dias:

DP-263-67 de Fernando dos Santos, nomeado para o cargo de Auxiliar de Limpeza, PL-15;

DP-263-67 de Ruy Gomes dos Santos, nomeado para o cargo de Auxiliar de Limpeza PL-15;

DP-267-67 de Antônio Marcelino Cavalcanti, nomeado para o cargo de Auxiliar de Limpeza PL-15;

DP-268-67 de Pedro de S. S. S., nomeado para o cargo de Matricista, PL-10.

Secretaria do Senado Federal, em 26 de abril de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

2

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 245, de 1967, do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1967, originário da Câmara dos Deputados nº 279-A-66, na Casa de origem, que denega recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do soldado Walter Pereira Barbosa.

3

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 244, de 1967, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1967 (nº 289-A-66, na Casa de origem), que denega recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do soldado Josias Severino de Freitas.

4

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 243, de 1967, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1967 (nº 293-A-66, na Casa de origem), que denega recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do 3º Sargento Carlos Ricardo da Nóbrega.

5

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 248, de 1967, do Projeto de Resolução número 35, de 1967, que suspende em parte, a execução do art. 192 da Constituição do Estado de Sergipe.

6

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1967, originário da Câmara dos Deputados (nº 302-A-67 na Casa de origem), que mantém decisão do Tribunal de Contas, denegatória de registro do contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Montar-Montreal Organização Industrial e Econômica S. A., tendo pareceres favoráveis, sob os ns. 223 e 224, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 10 minutos.)

PORTARIA Nº 37 DE 25 DE ABRIL DE 1967

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar: Aloisio Barbosa de Souza, Roberto Velloso, Redatores de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, e Zuleika de Castro Monteiro, Oficial Legislativo, PL-6, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar as causas do acidente havido com o auto do Senado, placa 80-21, dirigido pelo Motorista, PL-10, Hilton José de Oliveira, bem como avaliar os danos sofridos pela vítima.

Secretaria do Senado Federal, em 25 de abril de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

ATOS DO DIRETOR-GERAL

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 160, item 9, da Resolução número 6-60, determina que se fecho constar dos assentamentos dos funcionários o elógio formulado pelo Senador Altílio Fontana, ressaltando a urbanidade e eficiência sempre demonstradas pelos servidores lotados em seu Gabinete.

Cláudio Carlos Rodrigues Costa, João Pires de Oliveira Filho, Jaime Corrêa de S. Antônio, Carlos da Rocha e Alberto Corrêa Filho.

Portaria do Pessoal, em 26 de abril de 1967. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saracate, Diretora do Pessoal.

O Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal, no uso de suas atribuições, deferia os seguintes requerimentos: de Salário-Família, na forma do art. 160, item 35, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req.	SERVIDOR — CARGO	DEPENDENTE(S)	GRAU DE PARENTESCO	INÍCIO
DP-1.429-66	Claudionor de Araujo Barros — Radiotécnico PL-9	Sidney, Claudionor, Jorge e José Augusto	Filho	Indeferido
DP-1.329-66	Gongalo de Melo Araujo Farias — Aux. Sec. PL-11	Francisco	Filho	Restabelecer
DP- 280-67	Antônio Luiz da Rocha — Ajud. Porteiro PL-7	Luiz Antônio	Filho	Manter
DP- 182-67	José Luiz dos Santos — Aux. Portaria PL-10	Benedito	Filho	Restabelecer
DP- 225-67	José Miguel da Silva — Aux. Portaria PL-9	Maria Têda	Filha	Cessar
DP- 287-67	José Domingues Nezi — Aux. Limpeza PL-13	Laerte	Filho	Cessar

de Averbação de Tempo de Serviço, na forma do art. 160, item 9, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req.	SERVIDOR — CARGO	REPARTIÇÃO	TOTAL DIAS	OBSERVAÇÕES
DP- 196-67	Lydia das Dores Matta — Enfermeira PL-7	Estado do Amazonas	—	Tempo já averbado (arquite-se)
DP- 228-67	Arthur Carvalho Calmon — Ajud. Conserv. Doc. PL-7	Estado do Espírito Santo	1.298	Todos efeitos legais
DP- 123-67	Walter Dias da Costa — Aux. Sec. PL-11	D.N.R.R.U. — M. da Saúde	1.825	Exclusivo para efeito de aposentadoria
DP- 248-67	Haroldo Pereira Fernandes — Pesq. Orcam. PL-10	Sec. Finanças — MA	2.584	Todos efeitos legais
DP- 124-67	João Batista de Oliveira — Aux. Sec. PL-11	Exército	3.510	Todos efeitos legais
DP- 176-67	Nelson Ferreira do Nascimento — Servente PL-14	Exército	311	Todos efeitos legais
DP- 306-67	Benedito João Aguiar Filho — Of. Tombamento PL-8	D.E.S.E.P. — SP	261	Todos efeitos legais
			1.236	Todos efeitos legais

de Licenças, na forma dos arts. 160, itens 18, 35 e 37, e 270, nº I, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req.	SERVIDOR — CARGO	PERÍODO	TOTAL DIAS	OBSERVAÇÕES
DP- 288-67	Francisco Olympio Gomes — Aux. Portaria PL-8	7 a 13-3-67	25	Tratamento de saúde
DP- 280-67	Hélio de Souza — "Pro-labore"	9 a 17-3-67	7	Gala — "Art. 158"
DP- 319-67	Heliântho de Siqueira Lima — Of. Leg. PL-6	27-4 a 25-6-67	60	Licença especial

Diversos, na forma do art. 160, item 9, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req.	SERVIDOR — CARGO	ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
DP- 318-67	Claudio Carlos Rodrigues Costa — Aux. Leg. PL-9	Anotação de certificado	
DP- 321-67	Nerione Nunes Cardoso — Redator PL-2	Anotação de certificado	
DP- 309-67	Hélio Carvalho da Silva — Of. Leg. PL-6	Anotação de certificado	

O Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes requerimentos: de Salário-Família, na forma do art. 160, item 35, da Resolução nº 6, de 1960.

Nº Req.	SERVIDOR — CARGO	DEPENDENTE(S)	GRAU DE PARENTESCO	INICIO
DP- 239-67	José Pacheco de Pinho — Aux. Limpeza PL-15	Laurita Eunice da Silveira Pinho e Célia, Cléria, José e Raimundo	Espósa e Filhos	Março/67
DP- 303-67	Sezefredo Mayolino — Aux. Limpeza PL-15	Ricardo e Roberto	Filhos	Janeiro/67
DP- 283-67	Nereu Silva Rolim — Red. A. Doc. Parl. PL-2	Izabel Rodrigues Rolim	Espósa	Janeiro/67
DP- 91-67	Ary Cicero de Moraes Ribeiro — Pesquisador Orç. PL 10 ..	Rosa Nemer Ribeiro e Cicero. Erich	Espósa e Filhos	Janeiro/67
DP- 279-67	Cidelino Pereira da Costa — Aux. Limpeza PL-13	Áurea Regina	Filha	Dezembro/67
DP- 285-67	Evaldo Gomes Carneiro — Contínuo PL-12	Terezinha Gomes Carneiro, Evaldo, Marcos Tadeu, Maria de Fátima e Teresa Cristina	Espósa e Filhos	Março/67
DP- 251-67	Wilton Dias Vianna — Motorista PL-10	Wilton	Filho	Março/67

de Averbação de Tempo de Serviço, na forma do art. 160, item 9, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req.	SERVIDOR — CARGO	REPARTIÇÃO	TOTAL DIAS	OBSERVAÇÕES
DP- 202-67	Adilson Vianna — Aux. Sec. PL-11	Exército	338	Todos efeitos legais
DP- 106-67	José de Mattos Cabral — Aux. Sec. PL-11	M. Aer.	709	Como diarista
			6.271	Como mensalista, para todos efeitos legais
DP- 229-67	Abdon Vicente Martins — Motorista PL-10	M.T.P.A.	2.097	Todos efeitos legais
DP- 231-67	Luiz Motta da Costa — Guarda Seg. PL-9	(Exército) — M. Aer.	—	Já averbado, devendo constar como Zona de guerra
DP- 247-67	Jayme de Rezende Pacheco — Motorista PL-10	Exército	1.236	Todos efeitos legais
DP- 226-67	Teresa Creusa de Góes Monteiro Negreiros — Of. Leg. PL-6	MEC — GB	235	Todos efeitos legais
DP-1.446-66	Luiz Gonzaga Pereira do Nascimento — Aux. Leg. PL-10	IAPE	761	Todos efeitos legais

Diretoria do Pessoal, em 25 de abril de 1967. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva Diretora do Pessoal. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

DIRETORIA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Ata da 4ª reunião, realizada em 26 de abril de 1967

As dezesseis horas do dia vinte e seis de abril de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador José Leite, Presi- res Lino de Mattos e Carlos Lindenberg, reúne-se a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Arnon de Mello e Celso Ramos.

E lida a ata da reunião anterior e em seguida aprovada.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Carlos Lindenberg que emite o seguinte parecer:

— Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 286, de 1966, que "dispõe sobre a concessão de transporte gratuito, ou com abatimento, nas estradas de ferro da Rede Ferroviária Federal S.A.

Submetido o parecer à discussão e votação, sem restrições é aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carmelita de Sousa, a presente ata que uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

UNIÃO INTERPARLAMENTAR

GRUPO BRASILEIRO

De ordem do Senhor Presidente, convoco a Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar para uma reunião a realizar-se às dezessete horas de terça-feira, dia 2 do mês próximo, na Sala da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. (a) A. Lazary Guedes, Secretário-Geral.

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA, REALIZADA EM VINTE E CINCO DE AGOSTO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E SEIS

As dezessete horas do dia vinte e cinco de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e seis, na sala da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, reúne-se a Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, presentes os membros Senhores Senadores Rui Palmeira, Presidente, Gilberto Marinho, Segundo Vice-Presidente e Filinto Müller e Deputados Antônio Feliciano, Primeiro Vice-Presidente, Souto Maior, Tesoureiro, Unirio Machado, Benedito Vaz, Franco Monteiro, Newton Carneiro, Nelson Carneiro, Segismundo Andrade, Benjamim Farah e Altino Machado e mais os Deputados Oscar Corrêa e Teófilo Andrade. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara aberta a sessão. É lida e aprovada a ata da reunião anterior. Em seguida, o Senhor Presidente escreve que a presente reunião foi convocada a fim de proceder-se

à escolha dos parlamentares a serem indicados pelo Grupo para integrarem a Conferência de Teerã. Com a palavra o Senhor Nelson Carneiro propõe os nomes dos Senhores Senador Adolpho Oliveira, Franco e Deputados Newton Carneiro, Vice-Presidente do GRIA, que se reunirá por ocasião da 55ª Conferência, Oscar Corrêa, relembrando os grandes serviços que este tem prestado à União, Unirio Machado, em razão da colaboração que sempre tem dado ao Grupo, e, por ser de opinião que de cada delegação deverão participar elementos que ainda não integraram delegações às Conferências Interparlamentares, os Senhores Teófilo Andrade e Nicolau Tuma. O Senhor Souto Maior pede a palavra para recordar os relevantes serviços prestados ao Grupo pelo Deputado Benedito Vaz e indaga por que a omissão de seu nome. A palavra é concedida ao Senhor Benedito Vaz que esclarece ter sido consultado sobre se desejava participar da Delegação, mas que, em vista da campanha eleitoral em Goiás, viu-se obrigado a recusar o convite. O Senhor Presidente põe em votação a proposta do Deputado Nelson Carneiro, que é aprovada por unanimidade. A seguir é aprovada, também por unanimidade, proposta do Deputado Nelson Carneiro, no sentido de ser indicado o Senhor Paulo Affonso Martins de Oliveira para secretariar a Delegação da Câmara dos Deputados à 55ª Conferência. Prosseguindo nos trabalhos, o Senhor Presidente informa que os Comitês de Imprensa do Senado e da Câmara indicaram, para participarem

na Delegação, respectivamente, os Senhores Fernando Lara e Carlos Castello Branco. Pede a palavra o Deputado Newton Carneiro para solicitar seja designado um membro do Grupo Brasileiro para substituí-lo na Comissão Executiva do GRIA. Resolve a Comissão, por unanimidade, que a ordenação desse nome será feita durante a Conferência de Teerã. Finalizando os trabalhos, a Comissão aprecia o nome do Deputado Xavier Fernandes, que apresentou seu pedido de adesão ao Grupo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e, para constar, eu, A. Lazary Guedes, Secretário-Geral, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

REPRODUZ-SE POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES

COMISSÃO DIRETORA

(Publicada no DCN — Seção II — de 25-4-67 pag. 735-6

5ª REUNIÃO EM 30 DE MARÇO DE 1967

Sob a presidência do Sr. Moura Andrade Presidente, presentes os Senhores Nogueira da Gama, 1º Vice-Presidente, Gilberto Marinho, 2º Vice-Presidente, Dinarte Mariz, 1º Secretário, Vitorino Freire, 2º Secretário, Edmundo Levi, 3º Secretário, Cattete Pinheiro, 4º Secretário, Guido Mondim, 2º Suplente, Sebastião Archer, 3º Suplente, Raul Giuberti, 4º

Suplente, reúne-se a Comissão Diretora.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Atilio Fontana, 1º Suplente.

A ata da reunião anterior é lida e, sem observações, aprovada.

A Comissão examina e indefere recursos interpostos pelo Oficial Legislativo, PL-6, Arthur Botelho Casado Lima, sobre a não inclusão de funcionários requisitados por outros órgãos, na lista de merecimento.

Em seguida, aprecia o recurso de Gilberto Fernandes Alves, Oficial Legislativo, PL-6, que é igualmente indeferido.

Continuando seus trabalhos, a Comissão examina o DP 1.472-66, em que Anselmo Nogueira Macieira, Assessor Legislativo, PL-2, solicita sua aposentadoria.

O Sr. Presidente relata o processo, sendo voto vencido.

A Comissão decide seja elaborado o respectivo Projeto de Resolução e remetido ao Plenário.

A seguir, a Comissão Diretora aprova, por proposta do Senhor 2º Vice-Presidente, o uso do crédito extraordinário para fim de transporte aéreo dos parlamentares.

A Comissão Diretora resolve designar os Srs. 1º, 3º e 4º Secretários, para constituírem um Grupo de Trabalho encarregado de estudar e oferecer sugestões referentes à construção de unidades residenciais para senadores. Ficaram os aludidos parlamentares autorizados a manter entendimentos com as autoridades que possam ajudar a resolver o assunto.

E' também incumbido o Sr. 3º Secretário de tomar as necessárias providências para a apresentação de um estudo de aumento da área utilizável do Senado Federal. Após este levantamento, deverá Sua Excelência propor, à Comissão Diretora, as medidas que se fizerem mister para execução do plano.

Prosseguindo em seus trabalhos, a Comissão Diretora acolhe parecer do Sr. 2º Vice-Presidente, quanto à aplicação da que preceitua a Resolução nº 8, de 1963, que aumentou o número de Auxiliares dos Gabinetes dos Membros da Mesa, dos Líderes da Maioria e Minoria, para efeito de aplicação do disposto no artigo 143, da Resolução nº 6, de 1960.

A Comissão Diretora promove, a seguir, nas vagas abaixo relacionadas, os seguintes funcionários:

1ª Vaga — decorrente da aposentadoria de Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues Oficial Legislativo, PL-5 (Res. nº 58-66)

De Oficial Legislativo, PL-6 a PL-5 — Critério — Antigüidade:

Sebastião Veiga

De Auxiliar Legislativo, PL-7 a Oficial Legislativo, PL-6 — Acesso — Merecimento Absoluto, nos termos do artigo 2º, parágrafo único da Resolução nº 19-62:

José Ney Passos Dantas

De Auxiliar Legislativo, PL-8 a PL-7 — Critério — Antigüidade:

Eduardo Rui Barbosa

De Auxiliar Legislativo, PL-9 a PL-8 — Critério — Antigüidade:

Paulo Rubens Pinheiro Guimarães

De Auxiliar Legislativo, PL-10 a PL-9 — Critério — Merecimento:

Lourival Francisco Lopes

2ª Vaga — decorrente da nomeação de Nair Cardoso, Oficial Legislativo, PL-3, para outro cargo (Res. número 62-66)

De Oficial Legislativo, PL-4 a PL-3 — Critério — Merecimento:

Odenegus Gonçalves Leite

De Oficial Legislativo, PL-5 a PL-4 — Critério — Merecimento:

Deolinda Maria Peixoto Braga

De Oficial Legislativo, PL-6 a PL-5 — Critério — Merecimento: Maria

Helena Bueno Brandão.

De Auxiliar Legislativo, PL-7 a Oficial Legislativo, PL-6 — Acesso —

Merecimento Absoluto, nos termos do artigo 2º, parágrafo único, da Resolução 19-62: Edina Borges de Oliveira

De Auxiliar Legislativo, PL-8 a PL-7 — Critério — Merecimento:

Diva Falconi de Carvalho

De Auxiliar Legislativo, PL-9 a PL-8 — Critério — Merecimento: Ione

Ramos de Figueiredo

De Auxiliar Legislativo, PL-10 a PL-9 — Critério — Antigüidade:

Mauro Motta Burlamaqui

3ª Vaga — decorrente da nomeação de Gilda Leal Costa, Oficial Legislativo, PL-3, para outro cargo (Res. ...

63-66)

De Oficial Legislativo, PL-4 a PL-3 — Critério — Merecimento: Léa José

da Silva

De Oficial Legislativo, PL-5 a PL-4 — Critério — Antigüidade: Georgeta

Kuntz

De Oficial Legislativo, PL-6 a PL-5 — Critério — Antigüidade: Rui Ri-

beiro Cardoso

De Auxiliar Legislativo, PL-7 a Oficial Legislativo, PL-6 — Acesso —

Merecimento Absoluto — de acordo com o artigo 2º, parágrafo único, da Resolução nº 19, de 1962: Alberto Pereira da Cunha

De Auxiliar Legislativo, PL-8 a PL-7 — Critério — Merecimento: Lé-

lia Pinto Ferraz

De Auxiliar Legislativo, PL-9 a PL-8 — Critério — Antigüidade: Ar-

naldo Gomes

De Auxiliar Legislativo, PL-10 a PL-9 — Critério — Merecimento:

Francisco Marinho Bandeira de Melo Júnior

4ª Vaga — decorrente da nomeação de Sarah Abrahão, Oficial Legislativo, PL-6, para outro cargo (DCN de

13 de dezembro de 1966)

De Auxiliar Legislativo, PL-7 a Oficial Legislativo, PL-6 — Acesso —

Merecimento Absoluto, conforme determina o art. 2º, parágrafo único, da Resolução nº 19, de 1962: Eduar-

do Leão Marques

De Auxiliar Legislativo, PL-8 a PL-7 — Critério — Antigüidade: Cid Se-

bastião da Franca Brügger

De Auxiliar Legislativo, PL-9 a PL-8 — Critério — Merecimento: José Car-

los Vidal

De Auxiliar Legislativo, PL-10 a PL-9 — Critério: Antigüidade: Carlos

do Carmo Moreira

5ª Vaga — decorrente da aposentadoria de Eurico Costa Macedo, Oficial Legislativo, PL-3 (Resolução número 78-66)

De Oficial Legislativo, PL-4 a PL-3 — Critério — Antigüidade: Leopoldi-

na Ferreira Neves

De Oficial Legislativo, PL-5 a PL-4 — Critério — Merecimento: Cláudio

Ideburque Carneiro Leal Neto

De Oficial Legislativo, PL-6 a PL-5 — Critério — Merecimento: Romeu

Arruda

De Auxiliar Legislativo, PL-7 a Oficial Legislativo, PL-6 — Acesso —

Merecimento Absoluto, conforme determina o artigo 2º, parágrafo único, da

Resolução nº 19, de 1962: Arlete Be-

lota Tapajós

De Auxiliar Legislativo, PL-8 a PL-7 — Critério — Merecimento: Maria de

Lourdes Pena Fonseca

De Auxiliar Legislativo, PL-9 a PL-8 — Critério — Antigüidade: Helena de

Moura Lara Resende

De Auxiliar Legislativo, PL-10 a PL-9 — Critério — Merecimento:

Paulo Jorge Caldas Pereira

6ª Vaga — decorrente da aposentadoria de Maria Cherubina Costa, Ofi-

cial Legislativo, PL-5 (Res. 85-66)

De Oficial Legislativo, PL-6 a PL-5 — Critério — Antigüidade:

Lis Henriques Fernandes

De Auxiliar Legislativo, PL-7 a Oficial Legislativo, PL-6 — Acesso —

Merecimento Absoluto, nos termos do artigo 2º, parágrafo único, da Reso-

lução nº 19-62:

Alexandre Marques de Albuquerque Mello

De Auxiliar Legislativo, PL-8 a PL-7 — Critério — Merecimento:

Vilson Taufik Chemale

De Auxiliar Legislativo, PL-9 a PL-8 — Critério — Merecimento:

Mariza Carvalho Leite Guimarães

De Auxiliar Legislativo, PL-10 a PL-9 — Critério — Antigüidade:

Jane Romualdo Silva

7ª Vaga — decorrente da aposentadoria de Luzia Jeanne Marie Lisboa

Robichez, Oficial Legislativo, PL-4 (Resolução nº 1-67)

De Oficial Legislativo, PL-5 a PL-4 — Critério — Antigüidade:

Ily Rodrigues Alves

De Oficial Legislativo, PL-6 a PL-5 — Critério — Merecimento:

Jorge Palva do Nascimento

De Auxiliar Legislativo, PL-7 a Oficial Legislativo, PL-6 — Acesso —

Merecimento Absoluto, nos termos do artigo 2º, parágrafo único, da Reso-

lução nº 19-62:

Hugo Rodrigues de Figueiredo

De Auxiliar Legislativo, PL-8 a PL-7 — Critério — Antigüidade:

Therézinha Duarte Sampaio

De Auxiliar Legislativo, PL-9 a PL-8 — Critério — Antigüidade

José Lucina Dantas

De Auxiliar Legislativo, PL-10 a PL-9 — Critério — Merecimento:

Waldemar Ribeiro do Vale Filho

8ª Vaga — decorrente da aposentadoria de Dinah Martins Perácio, Au-

xiliar Legislativo, PL-8 (Res. 4-67)

De Auxiliar Legislativo, PL-9 a PL-8 — Critério — Merecimento:

Maria Luiza Soares de Castro

De Auxiliar Legislativo, PL-10 a PL-9 — Critério — Antigüidade:

Francisco José Noleto Neto

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra os trabalhos, la-

vrando eu, Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral e Secretário da Comis-

são, a presente ata.

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)	3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)	4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
2º Vice-Presidente — Gilberto Marinho — (ARENA — GB)	1º Suplente — Attilio Fontana — (ARENA — SC)
1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)	2º Suplente — Guido Mondim — (ARENA — RS)
2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)	3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — VA)
	4º Suplente — Raul Giuberti — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller — (MT)

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)
 Antônio Carlos — (SC)
 Rui Palmeira — (PB)
 Manoel Vilça — (RN)
 Vasconcelos Torres — (RJ)

DO M D B

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT)
 Adalberto Senna — (ACRE)
 Lino de Mattos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleophas
 Teotônio Vilela
 Júlio Leite

SUPLENTE

Attilio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedito Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio
 Márcio Martins

Aurélio Vianna
 Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 19 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULAR

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrólio Portela
 Carlos Lindenberg
 Rui Palmeira

SUPLENTE

Vasconcelos Torres
 Daniel Krieger
 Benedito Valladares
 Alvaro Maia
 Lobão da Silveira
 José Feliciano
 Menezes Pimentel
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho

Aarão Steineruch
 Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(4 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Lobão da Silveira
 Petrólio Portela
 Eurico Rezende
 Attilio Fontana

SUPLENTE

Benedito Valladares
 Adolpho Franco
 Arnon de Melo
 José Leite
 Mello Braga

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Secretário: Alexandre Mello.
 Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Julio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel

SUPLENTE

José Leite
 João Cleophas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres

MDB

Mário Martins
 Pedro Ludovico
 Lino de Mattos

José Ermírio
 Josaphat Marinho
 João Abrahão

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras, às 15,30 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedito Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrólio Portela

MDB

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras, às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

João Cleophas
 Mem de Sá
 José Leite
 Leandro Maciel
 Manoel Vilça
 Clodomir Milet
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco
 Paulo Sarasate
 Carvalho Pinto
 Fernando Corrêa

SUPLENTE

Antônio Carlos
 José Guimard
 Daniel Krieger
 Petrólio Portela
 Attilio Fontana
 Júlio Leite
 Mello Braga
 Carlos Lindenberg
 Celso Ramos
 Teotônio Vilela
 Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
 José Ermírio
 Lino de Mattos
 Pessoa da Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Ney Braga
 Attilio Fontana
 Adolpho Franco
 Domicio Gondim
 João Cleophas

SUPLENTE

Júlio Leite
 José Cândido
 Rui Palmeira
 Arnon de Melo
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 José Ermírio
 Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.

Pessoa da Queiroz
 Pedro Ludovico

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(8 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A

TITULARES

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Maia
José Cândido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

José Guimard
José Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgílio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A

TITULARES

Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Vasconcellos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermirio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

(4 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A

TITULARES

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feiras às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A

TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende

SUPLENTE

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

José Ermirio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

A R E N A

TITULARES

Teotônio Vilela
Antônio Carlos
José Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sá
José Leite
José Guimard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares
Felinto Muller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
José Cândido
Arnon de Melo
Mem de Sá
Rui Palmeira

Alvaro Maia
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
José Guimard
José Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurélio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Meillo

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A

TITULARES

Paulo Torres
José Guimard
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres

Vice-Presidente: Arnon de Melo

A R E N A**TITULARES**

Vasconcelos Torres

Carlos Lindenberg

Arnon de Mello

Paulo Torres

José Guimard

SUPLENTE

José Feliciano

Antonio Carlos

Manoel Villaga

Menezes Pimentel

Celso Ramos

M D B

Arthur Virgílio

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite

Vice-Presidente: Lino de Matos

A R E N A**TITULARES**

José Leite

Celso Ramos

Arnon de Melo

Atílio Fontana

SUPLENTE

José Guimard

Petronio Portela

Domício Gondin

Carlos Lindenberg

Lino de Matos

M D B

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard

Vice-Presidente: Clodomir Milet

A R E N A**TITULARES**

José Guimard

Fernando Corrêa

Clodomir Milet

Alvaro Maia

SUPLENTE

Lobão da Silveira

José Feliciano

Filinto Múller

Sigefredo Pacheco

M D B

Adalberto Sena

Oscar Passos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16:00 horas.